

da Silva, Frederico Augusto Barbosa; de Souza, Érica Barbosa Coutinho Freire

Working Paper

Cartografias das subjetividades brasileiras

Texto para Discussão, No. 2467

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: da Silva, Frederico Augusto Barbosa; de Souza, Érica Barbosa Coutinho Freire (2019) : Cartografias das subjetividades brasileiras, Texto para Discussão, No. 2467, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/211416>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

2467

CARTOGRAFIAS DAS SUBJETIVIDADES
BRASILEIRAS

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Frederico Augusto Barbosa da Silva
Érica Barbosa Coutinho Freire de Souza



CARTOGRAFIAS DAS SUBJETIVIDADES BRASILEIRAS

Frederico Augusto Barbosa da Silva¹
Érica Barbosa Coutinho Freire de Souza²

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.
2. Pesquisadora no Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea.

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

**Diretor de Desenvolvimento Institucional,
Substituto**

Manoel Rodrigues dos Santos Junior

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Alexandre de Ávila Gomide

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Aristides Monteiro Neto

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura, Substituto**

Bruno César Pino Oliveira de Araújo

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Mylena Pinheiro Fiori

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2019

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: Z18

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	07
2 ORIENTAÇÃO ANALÍTICA	11
3 DISCURSO, NAÇÃO E TERRITÓRIOS	18
4 MODERNISMO E OS DILEMAS DE CONSTRUÇÃO NACIONAL	23
5 O PARAÍSO É AQUI.....	32
6 OS ARGUMENTOS DO IMPERIALISMO	40
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	50

SINOPSE

Este texto discute o território como instrumento das políticas públicas. Normalmente, a produção do território mobiliza instrumentos técnicos, mas também apaga o complexo percurso seguido pela dimensão social e cultural daquela produção. A nação e as unidades de organização administrativa são estabilizadas, seus traços de produção e arbitrariedade são apagados e o artefato resultante passa a ser tratado como universal ou é simplesmente estabilizado e fixado. O trabalho aqui não é de desconstrução, mas se propõe a seguir diferentes cartografias presentes no pensamento social brasileiro. A análise é feita na superfície dos textos de autores reconhecidos, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, e não tem a preocupação de exegese ou decifração, mas com a recomposição de movimentos, estilos e ideias que configuram diferentes territórios simbólicos, o que se denominou de “cartografia”.

Palavras-chave: políticas públicas; cartografia das subjetividades; territórios simbólicos.

ABSTRACT

The text discusses the territory as an instrument of public policies. Normally, the production of the territory mobilizes technical instruments, but also erases the complex course followed by the social and cultural dimension of that production. The nation and the units of administrative organization are stabilized, their production and arbitrary traits erased, and the resulting artifact treated as universal or simply stabilized and fixed. The work here is not deconstructive, but it intends to follow different cartographies present in Brazilian social thought. The analysis based on the texts of recognized authors, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda and Caio Prado Júnior, does not have the concern of exegesis or decipherment, but the re-composition of movements, styles and ideas that configure different symbolic territories, called “cartography”.

Keywords: public policy; cartography of subjectivities; symbolic territories.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas denominadas de Estado identificam-se, na nossa cultura política, com um território, um espaço estabelecido e delimitado pelas fronteiras da soberania. A partir dessa ideia, o Estado soberano se vê diante da questão de limitar e consolidar fronteiras. A tensão entre o soberano central instituído, os poderes locais e a sociedade tornam-se a questão política mais eminente.

O consentimento das populações aos processos de governo se dá por meio de sua identificação com crenças, valores e símbolos nacionais, e associam-se a um sistema jurídico-institucional coeso e capaz de estabelecer regras de coerção em caso de enfraquecimento das adesões ao poder. As hegemonias políticas se ancoram não apenas na aceitação de regras jurídicas, mas também de ideias gerais e símbolos a serem compartilhados. No caso brasileiro, as ideias de desenvolvimento, democracia, *ordem e progresso*, república etc. se alinham ao reconhecimento de certas práticas e certos símbolos culturais que abrangem desde a dança e a musicalidade – como o samba, a capoeira, o maracatu, o carnaval, o boi-bumbá, o frevo, a folia de reis, o jongo – até a culinária – como o ofício das paneleiras de Goiabeiras, o modo de fazer a viola de cocho, o ofício das baianas do acarajé –, entre tantas outras formas de manifestação, modos de vida, saberes e fazeres, para conformar e expressar identidades que compõem isso a que chamamos Brasil. Nesse contexto, os processos de legitimação fazem referência a esse conjunto de elementos que se ligam a reconhecimentos, desconhecimentos e mal conhecimentos da diversidade da produção simbólica, de crenças e valores.

Para seguir com o argumento, é necessário reconhecer a complexidade do processo de produção de legitimidades no campo político e cultural. O regime dos poderes não é único, nem homogêneo através da história, mas pode-se dizer que as redes institucionais públicas e privadas agregam ao poder central a capacidade de obter não apenas o consentimento, mas a disciplina do corpo social e a coesão em torno de comportamentos de consentimento que se pode qualificar de dócil. Na verdade, um complexo dispositivo disciplinar é acionado para promover o funcionamento das interdependências entre consentimento e coerção. As políticas públicas têm um papel na produção de símbolos, significados, argumentos e valores, enfim na normalização de padrões de conhecimento e produção simbólica, fazendo parte de complexos dispositivos de ação e violência simbólica.

As políticas setoriais, entre elas as políticas culturais, carregam em grande parte os elementos que conectam os territórios ao poder central e ao pêndulo que ele estabelece com os poderes regionais. Podem-se citar as redes ferroviárias, rodoviárias e pluviais como exemplo da infraestrutura econômica a construir e ligar espaços; acrescentam-se as redes hospitalares, assistenciais, manicomiais, educacionais, culturais e de comunicações; a elas associam-se outras, as redes de sindicatos, centrais sindicais, partidos etc.; essas são serialidades institucionais que conformam um complexo mecanismo de produção do território e de lealdades políticas ao Estado soberano, pelo menos, contemporaneamente.

Com a criação dessa rede de instituições disciplinares dinamizam-se processos já seculares de produção de conhecimentos sobre o território nacional. Os conhecimentos sobre a fauna, a flora, os minérios e os povos autóctones marcaram fortemente longos períodos de afirmação da identidade nacional brasileira. Esses conhecimentos deixaram marcas profundas no imaginário nacional, aliás, foram produzidos para surtirem esses efeitos de interpelação ideológica sobre os destinos de uma improvável civilização tropical, mais tardiamente sobre a democracia racial e a respeito da sociedade brasileira. Essas formulações permaneceram instaladas no imaginário de longo prazo, no inconsciente cultural brasileiro. Entretanto, o mais importante é que elas delinearão fortemente o que seria possível se pensar nos quadros da cultura política que ia se configurando e, mais fortemente, criaram uma ideia e uma identidade para o Estado-nação.

Esse imbricado de saberes sobre as populações e os territórios articula um complexo sistema cultural de inclusões e exclusões políticas e simbólicas, unificado em torno do Estado soberano. Portanto, não se pode negligenciar o poderoso esforço do poder público em gerar conhecimentos a respeito desses temas, tornando os espaços objetos diversos, mas organizados, de uma reflexão sistemática em torno da unidade. Inclusive, esses esforços resultam de medidas normativas de distâncias em relação a padrões normativos. Os conhecimentos, por sua vez, constroem medidas de distâncias entre o real e a norma, permitindo criar no imaginário espaços discursivos a respeito de populações e territórios.

O que vale é o imaginário, as heterogeneidades que o recortam, apontando faltas e distâncias em relação ao ideal ou ao “normal”. Por exemplo, podemos localizar os *desertos culturais* dos sertões, pela falta de equipamentos, como centros culturais, teatros,

cineclubes, cinemas etc., por contraste às regiões desenvolvidas, onde se encontram possibilidades de acesso e desfrute dos bens próprios do *oásis da diversidade cultural*.

Entretanto, algo fica à sombra nessas formulações. Os poderes periféricos, as produções escondidas, as relações sociais dispersas e disseminadas que estão à margem dos conhecimentos e saberes institucionais permanecem invisíveis, produzindo suas próprias potências, positivities e diferenças. É nesse jogo entre oficial e visível com o que é periférico e invisível que se produzem novas identidades, novas epistemes e novos poderes contra-hegemônicos.

Seja como for, os dispositivos de produção da unidade e das continuidades do nacional convivem de forma muito sensível ao próprio fenômeno estudado, com descon-tinuidades, acontecimentos e emergências que fogem ao usual, ao estável e às identidades promovidas pelas regularidades sociais e políticas do poder soberano. O espaço territorial concreto não é composto por coisas ou substâncias, mas por relações, móveis e instáveis por definição. Acionar essa ideia como dispositivo de produção de conhecimento implica deslocar o olhar para outras direções, que não visam organizar, melhorar ou uniformizar a gestão territorial, mas reconhecer esse espaço como um sistema de diferenças e relações que caracterizam os territórios e que lhes associe a identidades. Ao invés de procurar o *mesmo* no território, deixar que emerjam seus sistemas de infinitas diferenças, os *outros*.

Essa análise, que se pode chamar provisoriamente de *cartografia das subjetivações*, não implica a produção de uma ordem de operações magicamente diferentes. Implica a análise de dispositivos¹ articulados em torno não do poder centralizado, mas dos poderes periféricos, capazes de mapear formulações contra-hegemônicas, emergências e potencialidades das práticas sociais. Se o poder do Estado exige o controle de certa ordem de conexões padronizadas e homogêneas, associada ao domínio dos espaços e das populações, os poderes periféricos procuram construir um tipo específico de in-formações passíveis de circularem nas redes de relações sociais de forma horizontal, sem hierarquizações prévias. Cada forma de dispositivo oferece um tipo de informação

1. Usamos aqui a síntese de Agamben (2010, p. 29), que diz que o dispositivo "é um conjunto heterogêneo, linguístico e não linguístico" e que articula a dimensão cognitiva (ideias, valores, ideologia, princípios etc.), os interesses e os instrumentos institucionais (discursos, instituições, leis, normas, medidas, indicadores, descrições etc.). Ainda de acordo com o autor, "o dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder"; "como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber" (*idem, ibidem*).

específica, mas pode-se dizer que cada um deles pode construir modalidades específicas de imagens e representações a respeito do que é o Brasil e sua cultura.

Seguiremos algumas pistas presentes no vocabulário das políticas culturais e que são paradoxalmente caminhos trilhados na produção imperial e, mais tarde, republicana, sobre o Brasil. Dois elementos se articulam: *i*) conhecer o Brasil implica a realização de viagens de reconhecimentos e produção de *etnografias*; e *ii*) dizer o que é o Brasil implica articular dispositivos, isto é, narrativas orais, escritas e um complexo conjunto de práticas, institucionalizadas ou não.

A primeira e mais importante das viagens são as de reconhecimento, as expedições pelo território brasileiro. As viagens pelo Brasil são antigas. Os relatos dos viajantes consolidaram narrativas do território, das populações e de sua cultura (Süssekind, 1990). A experiência das viagens de registro, inventário e conhecimento da cultura foi repetida pelos modernistas que realizaram, a exemplo de Mário de Andrade, expedições etnográficas pelo Brasil. Nesse caso, não analisaremos uma obra de invenção do território nacional, mas a configuração discursiva do modernismo. Outro autor que construiu uma profunda e permanente contribuição para a compreensão do território brasileiro, inclusive provocando uma reflexão sobre a associação entre produção técnica de mapas territoriais e cultura, foi Sérgio Buarque de Holanda. Por essa razão, vale o esforço de nos determos a breves momentos em seu livro *Visão do Paraíso* (Holanda, 1992), no qual se pode ver que o “paraíso” não está na Europa, mas aqui em meio às jabuticabas, aos abacaxis e aos basílicos, reconhecidos através de incursões dos colonizadores pelo território (imaginário ou material) e dos ajustamentos plausíveis que foram realizando no imaginário, como veremos adiante. Caio Prado Júnior, por sua vez, permite cartografar o Brasil dos latifúndios, da produção agrária, do capitalismo e das suas produções territoriais no quadro das relações imperialistas. Também permite cartografar parte do nosso etnocentrismo cultural e da vontade de que os diferentes (africanos e indígenas autóctones) sejam incorporados no processo de expansão da civilização técnica. Essas aventuras virão logo adiante; antes, façamos uma parada para degustar algumas considerações analíticas ou metodológicas.

2 ORIENTAÇÃO ANALÍTICA

As políticas públicas são constituídas por referenciais. Esses são construídos em jogos e lutas simbólicas nos campos sociais de produção simbólica. São constituídos por valores, representações, ideologias, algoritmos etc. Os intelectuais e os técnicos exerceram papéis de mediadores e são fundamentais na construção do que é o Brasil, o que o caracteriza e quais são os seus problemas. O caso brasileiro é *sui generis*.

Ideias, interesses e instituições constroem imagens e propõem representações do que é considerado legítimo em cada momento histórico (Palier e Surel, 2005). A definição do que é nossa cultura tem caráter interessado e delimita o que é válido, inscrevendo-a nos processos históricos de construção nacional. A elaboração da cultura como um todo orgânico traduz posições estruturais dos nossos intelectuais e a imagem que queriam apresentar do Brasil diante dos centros culturais.² Este sentido de “missão” (Sevcenko, 2003), assumindo a práticas culturais como um móvel político e valorativo, marca também as disposições dos atores na organização dos processos culturais localizados, isto é, específicos a cada região e, até mesmo, a cada cidade. Embora não se possa falar, pelo menos em um primeiro mapeamento do campo de pesquisa, em uma convergência entre cultura e política, tal como se dava nos anos 1920, 1930 e 1940, podemos focalizar um engajamento político na organização das práticas e motivações em relação à cultura. Parece-nos que historicamente o terreno foi propício a uma autonomização ou, pelo menos, para a construção de representações do campo cultural como autônomo. Este criou demandas próprias e objetos específicos de valorização, embora tenha se mantido em contato com o projeto de construção de uma nação cultural e socialmente moderna. A análise destes pontos tem o objetivo de mapear as condições sociais e institucionais que ordenam o campo cultural e que se conformam como marcos da produção simbólica.³ Esses marcos estão presentes na forma de disposições duráveis (*habitus*) e as estruturas culturais objetivas (textos, obras, crenças etc.) são condições para a produção de novas ações e significações (Bourdieu, 1987).

2. Sobre a dinâmica da cultura em situação de dependência, consultar Schwarz (1990; 1992).

3. Em grandes linhas, as instituições em ação no plano cultural dividem-se em *conservação do patrimônio e criatividade e difusão*. Assim, temos o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (Iphan), a Biblioteca Nacional, a Fundação Palmares e a Casa Rui Barbosa distribuídas entre aquelas atividades. A esse respeito, ver Almeida e Darin (1992).

Se ainda não se dispõe de instituições para a formação de gestores de políticas culturais, existem atores que reconhecem, por participarem de práticas artísticas e por valorizarem a posse de bens simbólicos, a importância destas políticas. São estes os agenciadores da enunciação das práticas culturais e da ação institucional que as toma como objeto. A história trata de selecionar os traços mais relevantes em determinados momentos para o conceito de cultura, mas o próprio conceito é re-semantizado continuamente e é objeto de lutas simbólicas.

O período de democratização política entre as décadas de 1970 e 1980, por exemplo, resgata um conceito pluridimensional e antropológico de cultura, enquanto as práticas anteriores punham-no diante da autoimagem das elites e da ideia privilegiada de que seria, antes de qualquer coisa, europeu, mesmo que pela via ibérica. Por isto, por exemplo, a conservação do patrimônio cultural edificado, abstraídos todos os discursos intencionados sobre a inexistência de condições materiais para realizar algo diverso, fazia-se pela preservação de monumentos de pedra e cal, coisa edificada pelos portugueses. O patrimônio imaterial, a política para as artes e outras se moviam em outros registros institucionais e ideológicos. Os discursos que associam políticas culturais e conceito antropológico voltam na década de 2000, mas voltam junto a discursos de valorização da diversidade e do desenvolvimento cultural. Talvez seja mais próprio dizer que são revitalizados e entram no horizonte de atenção.

Os métodos de socialização e inculcação de esquemas de pensamento e ação através das experiências familiares, escolares, artísticas e profissionais são processos cuja compreensão é fundamental para o entendimento dos princípios de estruturação e circulação de representações, mas também para o entendimento das práticas efetivas diante da formulação de políticas culturais e sua administração. Neste sentido, é necessário saber das condições materiais que condicionam as experiências de gestão de políticas culturais, mas também as disposições culturais (carreira, trajetória social, biografia, competências) e outro elemento, a história objetivada nas instituições, ou seja,

os diversos dispositivos institucionais armados com o intuito de cobrir a produção cultural de significados e ordená-la ideologicamente.⁴

Estes dispositivos permitem a formação de um campo de produção com princípios de estruturação de onde se relevam doutrinas sistematizadas capazes de conferir autoridade à enunciação dos princípios condutores das políticas culturais; em outro sentido, formam os meios de integração sistemática das condutas e dos comportamentos em torno de princípios de ação prática e simbólica. Desta forma, artistas e intelectuais lançam mão de discursos não simplesmente como técnica ou estratégia distintiva, mas como instrumentos que conferem visibilidade a certas demandas à área de política pública.

A existência de instituições (ministérios, secretarias estaduais, universidades etc.) põe em questão não apenas os projetos de ordenação da cultura, mas cumprem a função de dar razão e vazão a certas demandas por estruturação e investimento na produção de bens simbólicos.

A disputa por recursos materiais escassos envolve a divisão social sobre princípios e sobre a legitimidade de posições governamentais e das prioridades valorativas dos gestores de bens públicos. Ao mesmo tempo, podemos questionar se as alternativas propostas levam em consideração ou têm consequências na incorporação de certas frações sociais e no aumento no “capital” de legitimidade governamental. Como diria Bourdieu (1987, p. 64): “toda ideologia investida de uma eficácia histórica é o produto coletivo de todos a quem ela expressa, inspira, legitima e mobiliza, sendo que os diferentes momentos do processo de circulação reinvenção são outros tantos ramos iniciais”.

As ideologias, em sua estruturação, são conformadas em diferentes pontos da sociedade e dependentes de múltiplas histórias particulares na sua própria formação. Não são aleatórias nem resultado da posição de uma única fração, seja de uma classe, de um grupo ou do próprio Estado. Apenas no interior de cada configuração histórica poderíamos entender e caracterizar de maneira exaustiva e rigorosa as relações entre diferentes

4. Durand (1989) analisou exaustivamente a história da formação do campo cultural brasileiro. Os méritos deste autor são imensos, pois ele analisa esta história não apenas em marcos sociológicos estruturais, mas também na especificidade do campo cultural, suas relações com o Estado e a formação de mercados. Portanto, remetemos os desdobramentos destas interpretações aos estudos deste autor. Apenas apontamos aqui a dependência estrutural do campo cultural da intervenção do Estado.

posições e níveis condicionantes da realidade social e dos vários dispositivos discursivos que a constituem.⁵ Para delimitar as relações entre estas formações discursivas, entretanto, devem ser procurados os pontos estratégicos, pontos de densificação destes discursos. São nas instituições onde se concentram os recursos materiais e simbólicos, que passam a ser protagonizados e sintetizados os principais dispositivos discursivos que movimentam as práticas políticas e culturais.

A análise do processo de formação de políticas públicas para a cultura, bem como os debates sobre os meios e os argumentos para implementá-las, é um bom recurso para o mapeamento das diversas posições estruturais no campo de relações de trocas simbólicas.⁶ Pode-se interpretar o estado das forças sociais engajadas e as redes discursivas que são mobilizadas. Dentro destas redes, algumas ideias estão presentes a longo tempo no discurso dos intelectuais. A questão de uma cultura brasileira, os projetos para sua organização e visibilização, é recorrente desde o modernismo pelo menos. De alguma maneira este discurso (baseado na ideia de que o campo cultural seria anômico e dependente em relação a outros centros) seria visível e caracterizador das redes discursivas presentes no exercício das práticas institucionais. O próprio exercício das instituições impõe o acionamento de dispositivos discursivos, que se constroem como positividades, gerando esquemas sociais de percepção e ação, resultados das coerções objetivas internalizadas, mas inscritas no funcionamento das práticas sociais e institucionais.

Por similaridade, podemos dizer que herdamos do período do Estado-novo o imaginário de construção de uma nação culturalmente civilizada. Imagens, ideias e discursos sobre o Brasil continuam a ser mobilizados como matriz discursiva. Ao mesmo tempo, herdamos uma prática institucional de preservação do patrimônio histórico-cultural que se transformou diante dos condicionamentos políticos, mas manteve-se em suas linhas básicas. Os principais formuladores e gestores iniciais desta política foram grupos ligados ao modernismo.⁷ Esses mediadores traziam para dentro das instituições práticas discursivas e questões fortemente relacionadas com aquele movimento.

5. Como se vê, aproximamos a formulações de Bourdieu (1987) sobre a ideologia daquelas empregadas por Foucault no que se refere às formações discursivas.

6. Esta análise tem o objetivo preciso de aproximação e estruturação de diversas posições do campo de enunciação sobre a cultura. Ela funciona como recurso metodológico.

7. Esta ligação entre modernismo e patrimônio fica bastante clara no seminário *Ideólogos do patrimônio cultural* realizado em 1991 pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Ali estavam Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Rodrigo Mello Franco, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer etc.

Ao mesmo tempo, tornaram-se especialistas técnicos gestores desta política. Isto não impedia que ao lado da racionalização e da sistematização de critérios avaliativos, formalizados e rotinizados fossem acionados dispositivos e critérios diferenciados de apreciação e avaliação cultural; é aí que o conhecimento da história cultural ganha relevo, atribui e distribui legitimidade às práticas discursivas que são mobilizadas socialmente e que conferem sentido ao conceito de cultura. O capital simbólico e social acumulado é ponto importante de articulação entre política cultural como política pública; esta requer um discurso controlado, racionalizado e juridicizado, muitas vezes, porque é discurso político e público, associado com demandas simbólicas e traduzido nas tramas discursivas econômicas e políticas que os enredam.

Como enfatizamos repetidas vezes, os dispositivos discursivos se organizaram para criar uma realidade nacional, portanto duplamente inscritos em efeitos de realidade e poder. Os discursos de formação da nação estão ligados à série mais ampla do colonialismo e geraram princípios e parâmetros que atribuíram significados à produção simbólica. Dentro deste projeto discursivo, podemos dizer que é a ausência de identidade que gera o mal-estar nas práticas culturais e a permanência da sensação de desterro. A valorização das práticas locais em sua exuberante multiplicidade antropofágica permitiria dizer que somos pós-modernos, antes de qualquer coisa, pela simples razão da ausência de fundamentos fixos e pela exemplaridade da capacidade de singelo convívio com o *diferente*. Mas os discursos históricos nutrem-nos ainda do desejo da modernidade e de projetos de construção de uma brasilidade senão homogênea, bastante esquisita, pois baseada no trabalho e na falta de capitalismo.

Visto desta perspectiva, os recentes estudos das tradições étnicas e culturais, bem como o estudo dos implícitos com os quais pensamos a realidade, têm como função liberar as possibilidades da proliferação de significados, incorporando os potenciais de ressignificação das presenças de grupos sociais, recolocando temas e objetos excluídos dos discursos hegemônicos do moderno nacional. Para tal, é necessário explorar as diferentes maneiras de reconstruir no argumento colonial, ponto-chave da inauguração do pensamento social no Brasil, a tensão entre localismo e universalismo, entre o nacional e o global, entre cultura e civilização etc. (Peirano, 1991; Reis, 1988). Tomaremos a título exploratório um tema, o modernismo e duas obras, *Visão do Paraíso* (1992), de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil contemporâneo* (1994), de Caio Prado Júnior.

A análise a ser empreendida a seguir toma o território como efeito das relações sociais e culturais, isto é, como efeito complexo de formações discursivas específicas que estão articuladas umas às outras em tramas longas. Narrativas de viagens, administração, inventários e estatísticas inventam um território real. Apresentaremos três séries discursivas. Cada uma delas produz representações e aciona princípios de estruturação e produção interpretativa do território. Na realidade, estes regimes discursivos têm como escopo semântico a ideia de ocidente civilizado e, como traços centrais, a ideia de modernização e modernidade. Modernidade e modernização funcionam como tropos, figuras de linguagem, construções retóricas, cuja presença no discurso confere possibilidades para que atribuamos o significado das coisas. Portanto, elas devem ser mantidas em suas relações com as configurações históricas. O contexto desta análise inscreve-se dentro do que se pode chamar de argumentos da colonização e implica contrapontos com a história social e cultural, na mesma medida que é a história dos processos de *state-formation* e *nation-building*, nas suas dimensões materiais, institucionais e simbólicas, tendo o território como objeto.

As formações discursivas⁸ tecem a trama de representações culturais que demarcam as possibilidades e os limites para falar sobre modernismo e modernidade. Modernismo e modernidade se referem a aspectos análogos, mas não idênticos, como ensina Aronowitz (1991). O primeiro é um código de crítica às representações referentes ao mundo e à vida cotidiana. O segundo seria a racionalização da vida social baseada nos valores de riqueza econômica e prosperidade material. O pós-modernismo mantém o segundo aspecto como contexto de desenvolvimento das atividades humanas, enquanto desconstrói os mitos do primeiro, ou seja, desconstrói seus mapas cognitivos e valorativos.

8. Para o desenvolvimento teórico geral das questões que envolvem a noção de formação discursiva, consultar Machado (1988), sobretudo as páginas de 161 a 173. Cabe-nos apenas registrar sinteticamente duas considerações: *i*) a formação discursiva trata de definir objetos relacionando-os às condições históricas do seu aparecimento. Os objetos registram-se em espaços comuns para os quais é preciso estabelecer um conjunto de relações entre instâncias de emergência, de delimitação e especificação dos objetos; e *ii*) é necessário descrever existência de formas diversas de enunciação e situar determinadas maneiras de articulação entre estas formas. Podemos sacar uma definição da fonte. Com a palavra Foucault (1986, p. 60): "as relações discursivas, vê-se, não são internas ao discurso: não realizam entre si os conceitos ou as palavras; elas não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores aos discursos que o limitariam, ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam em certas circunstâncias a enunciar certas coisas. Elas estão de alguma maneira no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes elas determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder tratá-los, nomeá-los, amaciá-los, classificá-los, explicitá-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que utiliza o discurso, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática".

Não se quer, ao focar as formações discursivas, relegar as funções econômicas e políticas dos sistemas simbólicos, absorvendo-nos em um tipo de análise de figuras, tropos de discurso ou estruturas simbólicas. Pretendemos, inicialmente, abordar certas formas de conceber as relações entre as séries política, econômica e social, como cada uma delas ganha forma histórica dentro da modernidade brasileira, sem deixar de focalizá-las como práticas e como formações discursivas, portanto, como dispositivos.

A interpretação das relações entre as séries discursivas proporciona pistas para entender regimes discursivos diferenciados a que denominaremos modernismo e pós-modernismo ou pós-estruturalismo. Adiantamos que o primeiro pauta-se pela presença de formas de fundação do discurso pela razão, enquanto o outro recusa a presença de fundamentos e pauta-se pela crítica às tentativas, ilusórias nos seus termos, de dar completa transparência discursiva e interpretativa à realidade.⁹ Nesse sentido, o pós-modernismo recontextualiza o papel dos intelectuais no processo de produção simbólica, redescreve as proposições objetivistas e recoloca as subjetividades em perspectiva. Assim, se pode falar dessa perspectiva na cultura como um conjunto de subjetividades, práticas locais irredutíveis e seu conhecimento como cartografias da subjetividade.

Trata-se, portanto, de analisar formações discursivas, isto é, concepções sobre práticas culturais que se institucionalizam, continuando a ser, entretanto, objeto de “disputa” (ou simplesmente de práticas discursivas) entre atores e instituições. Enfim, propomo-nos a abordar o campo cultural como constituído por dispositivos ou formações discursivas. O que seria então possível imaginar ou *enunciar* com o modernismo e o que seria possível imaginar com o pós-modernismo e o pós-estruturalismo?¹⁰

9. É interessante notar que o postulado de existência de unidades de realidade substanciais, como razão, parentesco, sociedade, nação, territórios etc., fundamentam a possibilidade de enunciar sobre a verdade, a lógica das sociedades, a autenticidade das culturas, sobre o caráter nacional. Estas unidades são históricas e podem, é o que esperamos, serem desconstruídas histórica e sociologicamente.

10. As análises sobre formação discursiva trabalham em torno de duas questões analíticas. Uma trata da análise hermenêutica dos códigos que configuram os discursos, a outra refere-se aos modos de objetivação e subjetivação. Limitaremos a exploração do primeiro aspecto, embora, em muitos pontos, uma complementaridade se faça necessária.

3 DISCURSO, NAÇÃO E TERRITÓRIOS

As formações discursivas articulam-se através de um jogo complexo de remissões, contrastes e semelhanças, nucleadas por sistemas de enunciação.¹¹ O mais correto, neste caso, é aceitar a distinção barthesiana entre enunciado e enunciação.

O enunciado, objeto habitual da linguística, é dado como o produto de uma ausência de enunciadador. A enunciação, por sua vez, expõe o lugar e a energia do sujeito, quiçá sua falta (o que não é ausência), visa o próprio real da linguagem; ela reconhece que a língua é um imenso halo de implicações, de efeitos, de repercussões, de voltas, de rodeios, de redentes (Barthes, 1993, p. 20).

Ademais, “o discurso não é simplesmente um conjunto representativo, mas uma representação reduplicada que designa uma outra” (Foucault, 1999a, p. 128).

A conquista da legitimidade para produzir agenciamentos coletivos de enunciação é resultado de lutas no campo da cultura e da política. No Brasil, alguns grupos e algumas instituições adquiriram esta prerrogativa ao mobilizarem e articularem ideias de valor centrais da história do pensamento social brasileiro. Na avaliação crítica da atuação dos gestores de políticas culturais, o contexto histórico é um dos elementos mais importantes para demarcar as alternativas históricas disponíveis e as linhas de atuação efetivamente passíveis de atualização histórica.

É na reconstituição desta memória histórica que os conceitos de cultura e patrimônio são restringidos ou ampliados. Em realidade, as contradições da política no esforço de legitimação própria condicionam a distribuição de recursos materiais e simbólicos entre as forças sociais e os agentes de enunciação sobre as práticas culturais.

11. É interessante notar a similaridade dos traços que caracterizam o conceito de formação discursiva com o caráter musical, rapsódico do texto de *Macunaima* de Mário de Andrade. A afinidade eletiva entre os conceitos aproxima literatura e música das ciências sociais. Assim escreve Wisnick (1990, p. 181) sobre a rapsódia: “acontece que a linha melódica do sintagma narrativo, em sua horizontalidade, é complexificada pelas projeções de múltiplas possibilidades fabulares alternativas (calcadas nas matrizes do conto popular) que não permanecem ausentes do texto, em uma simples ressonância estrutural, mas comparecem como incidentes suspensivos cumulativos, solicitando uma leitura atenta ao simultâneo, onde o ‘fio da fábula’ se reconstitua contrapontisticamente ‘por rodeios e ricochetes, por retornos e repercussões’, além de discernir-se nos trabalhos ornamentados das suas ‘fiorituras’ e ‘arabescos’”. Completa o raciocínio a interferência de múltiplas projeções expansivas, que tensionam o arco sintagmático, em suas sobreposições sucessivas, acordes harpejados e superposições polifônicas. É este jogo de remissões que permite a caracterização da consciência da brasilidade como uma consciência dilacerada entre o aspecto dionísíaco, macunaímico, carnavalesco do tempo poético/ literário, e o tempo histórico da realidade política nacional.

Os conceitos que orientam a ação passam a adquirir os contornos semânticos que as lutas simbólicas lhes impõem. Podemos ilustrar esta questão com um exemplo.

Helena Bomeny (1995) indica as contradições da participação de Mário de Andrade no período do Estado Novo. “Em 1935, Mário de Andrade se envolve intensamente na organização do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo. No ano seguinte, a 4 de julho, é nomeado chefe do Departamento de Cultura do prefeito Fábio Prado, que seria exonerado em decorrência do golpe de 1937”. Mário seria exonerado no ano seguinte; foi uma interrupção “brusca e traumática”, da qual Mário envergonhava-se pessoalmente por ser motivo de gesto tão incompreensível e, também, por se sentir tão intensamente atingido. O paradoxo vem em seguida com convites formais de Capanema, ministro de Vargas, para que Mário colaborasse no ministério e se ocupasse do projeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).¹² Bomeny conclui que

Mário de Andrade foi verdadeiramente o consultor permanente do SPHAN (...) Mário de Andrade é expulso do Departamento de Cultura de São Paulo em decorrência do golpe de 1937, que instala as interventorias do Estado Novo. Mário de Andrade é recebido na então capital federal pelo titular de uma pasta ministerial mantida pelo próprio Estado Novo (Bomeny, 1995, p. 16-17).

Para entendermos aquelas práticas discursivas que tomamos por objeto, faz-se necessário, então, que alguns traços semânticos do conceito de cultura sejam analisados. Este é um dos conceitos mais importantes do pensamento social e em torno do qual as formações e os dispositivos discursivos se organizam. Passemos por considerações rápidas sobre o conceito de cultura na *tradição brasileira*.¹³

Desde a Independência, em 1822, atravessando a geração de 1870 da ilustração até o modernismo, procura-se a formação de uma cultura brasileira. A responsabilidade e o desejo de conhecimento do Brasil e sua constituição como nação é a motivação central e principal preocupação dos atores especializados na produção simbólica. Par-

12. Atual Iphan.

13. O conceito de tradição seria, segundo Said (1991), o ponto de articulação entre cultura global e culturas locais e, ao mesmo tempo, território de desconstrução e remanejamento estratégico de dispositivos de tipo saber-poder; exatamente no sentido em que era pensado por Mário de Andrade, para quem a contribuição brasileira ao concerto das nações passaria pela invenção de uma tradição nacional, isto é, local.

reira (1984) lembra-nos que as iniciativas no campo patrimonial anteriores a 1930, desde o conde de Galveas, nos meados do século XVIII, até José Mariano Carneiro da Cunha, Gustavo Barroso, Jair Lins etc., foram iniciativas dispersas. Apenas em 1936, para se tornar lei em 1937, é que surge um projeto moderno na área de preservação do patrimônio, este profundamente ligado ao resgate e à constituição da ideia de cultura brasileira. O conceito de patrimônio de Mário de Andrade, conceito que fundamenta a lei, é bastante abrangente: “entende-se por patrimônio nacional todas as obras de arte pura ou aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos ou organismos sociais e a particulares nacionais e estrangeiros no Brasil” (Mário de Andrade,¹⁴ *apud* Parreira, 1984, p. 238).¹⁵

Assim, institutos e departamentos de preservação do patrimônio histórico, bem como museus, nacionais e regionais, funcionariam para criar uma cultura nacional. O registro, a catalogação e o inventário da autenticidade nacional traduz nitidamente o compromisso da política cultural com projetos hegemônicos no nível nacional,¹⁶ cultura e política, como queria o próprio Mário de Andrade e, por extensão, muitos dos outros atores e autores modernistas, estariam intimamente vinculadas.

É claro que estes vínculos não surgem apenas a partir do modernismo, mas desde antes, com os viajantes, os *românticos* na literatura, os narradores, os críticos, os etnógrafos; assim, funcionariam como dispositivos discursivos que, articulados a configurações históricas específicas, foram politizando, tornando relevante a questão da formação e da constituição de uma cultura nacional.

14. Trecho do anteprojeto do SPHAN, produzido por Mário de Andrade a pedido do então ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1937.

15. Para desenvolvimentos sobre as concepções de cultura de Mário de Andrade e sua importância para a política de preservação do patrimônio, ver Santos (1992). Consultar, também, Moraes (1990), sobre o papel da etnografia na reconstrução da vida cultural da nação, evidenciando o contraponto político da antropologia, tal como é retomada dentro do projeto modernista. Ainda sobre as evidentes relações entre política e cultura, ver Berriel (1990b), onde pode-se notar uma das características centrais da brasilidade na obra marioandradiana, assim sintetizada na frase de Macunaíma: “sou americano e meu lugar é na América. A civilização europeia de certo escolhamba a inteireza do nosso caráter”. Logo em seguida dirá: “vou prá Europa que é melhor!”. Berriel (1990a, nota 18, p. 151) interpreta que esta oscilação demonstra a ausência de caráter definido de nossa gente.

16. A respeito das relações entre prática cultural e política, ver, também, Pecault (1990). Mais especialmente sobre as décadas de 1920 e 1930, consultar a coletânea de artigos de Oliveira, Velloso e Gomes (1982).

Em torno da ideia de construção da nação armaram-se dispositivos de pesquisa e reflexão sobre a história, a sociedade e a cultura brasileira. Entretanto, à função lógica de ordenação do mundo subordinam-se funções de diferenciação e legitimação de posições sociais. Não estamos simplesmente colocados diante de modalidades de produção simbólica, mas sim de estratégias de distinção e posicionamento sobre o que se define como consagrado e legítimo enquanto objeto de prática cultural. Daí que a produção discursiva encontra-se dispersa entre pontos variados da estrutura social, sendo produzida em torno de núcleos institucionais e esses em torno de mediadores.

No entanto, devemos lembrar que questões bastante gerais e recorrentes estruturam as práticas culturais. Mais do que isso, algumas ideologias culturais norteiam os discursos e as práticas no campo da cultura. A rejeição da dependência cultural de centros europeus de produção, resultado de um desencanto com a Europa no pós-guerra, gerou, por exemplo, a problemática sintetizada pelo modernismo em torno da busca e da pesquisa sobre a brasilidade, ou seja, “a contribuição brasileira para a civilização” (Holanda, 1988, p. 106).¹⁷

A utopia entranhada no projeto modernista circula no imaginário paralelamente às práticas institucionais. Estas são limitadas no seu poder de ação, tendo que circunscrever o escopo de sua intervenção cultural. O resgate do problema da gênese corre paralelamente às tentativas dos agenciadores culturais em tratar a cultura através de um conceito generoso. O conceito antropológico, etnográfico e aberto de Mário de Andrade cumpre esta função de retomada das práticas culturais diversas, aliado, ainda, a alguns traços singulares na nossa ideologia nacional e típica do ensaísmo que nos seria característico, de unir códigos e categorias diversas. Talvez funcione como antecipação do problema do multiculturalismo. Com certeza desloca as relações do alto modernismo das vanguardas e das suas relações não apenas com a cultura de massas gerada no seu interior; também se propõe a estabelecer novas relações com o conceito de cultura popular. A cultura no modernismo brasileiro é lúdica, aberta, pluralista, associada ao cotidiano.

Voltando ao modernismo, temos que enfatizar que este não foi um movimento homogêneo, mas que foi capaz de estabilizar uma matriz discursiva sobre a organização

17. Holanda (1988, p. 106) “já se disse, em uma expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o homem cordial”.

da cultura nacional. O tema recorrente do modernismo é o da necessidade de resgatar a realidade. O realismo e o naturalismo, com todos os artifícios linguísticos e tropos de discurso acionados para criar representações textuais da realidade, são códigos configuradores do modernismo.¹⁸ Esta demanda por conhecimento da realidade nacional fundamentava, por sua vez, projetos de fundação de uma sociedade moderna.

Ora, as práticas e os dispositivos discursivos são armados, sobretudo a partir da década de 1980, para ampliar, resgatando as ideias de Mário de Andrade, o escopo das práticas culturais. Podemos concordar com Roberto Parreira (1984), quando este afirma que a realidade limitou o conceito de cultura implícito na preservação do patrimônio artístico e cultural; da mesma maneira que se procura agora resgatar sua generosidade semântica e prática, no sentido de incorporar frações intelectuais que despontaram com o processo de abertura democrático, mas também para expressar novas práticas e valores sociais. “Contingências histórias fizeram, pois, que a concepção abrangente de Mário sofresse uma redução – surgiram os patrimônios culturais setoriais – muitos deles preservados com rigor científico, porém atuando em registros restritos do ponto de vista cultural” (Parreira, 1984, p. 239).¹⁹

E continua assim:

mas, até o final da década de 1970, tais repartições [o autor refere-se ao Iphan, executor, ainda segundo o autor, da única iniciativa de política cultural no Brasil] trataram de preservar bens arquitetônicos, quase todas sem exceção. E apenas com o surgimento do Centro Nacional de Referência Cultural, imaginado por Aluísio Magalhães (esse patrimonialista renovador), com o apoio do então ministro Severo Gomes, que uma visão mais abrangente começa a ser recuperada. A criação da Fundação Pró-Memória, na Secretaria da Cultura do MEC [Ministério da Educação

18. Eduardo Jardim Moraes analisa, em alguns de seus ensaios, o modernismo em duas fases. A primeira tinha na pesquisa estética e discursiva a intenção em atualizar o Brasil em um sistema de códigos discursivos do modernismo europeu. No segundo, a especificação da *brasileidade* deslocava o universalismo do registro europeu e trazia nossa singularidade para plano dominante. Embora estas questões mobilizassem estratégias discursivas e políticas muito diferentes, construíram-se no mesmo eixo discursivo colônia/anticolônia, demarcado pelo desejo de identidade nacional e pela presença ideológica implícita da alteridade. “A elaboração do retrato-do-Brasil por Mário de Andrade no segundo tempo do modernismo, a partir de meados da década de 1920, se insere no projeto amplo do movimento que pretende a tematização e a afirmação do particular – a parte Brasil – com vistas à inserção na ordem mundial” (Moraes, 1990, p. 67).

19. Como assinala Mario Chagas (2006, p. 97), uma das linhas de força do pensamento de Mário de Andrade é a valorização do nacional e do popular. “Para ele, o monumento de pedra e cal é um bem cultural, mas é igualmente um bem cultural a técnica, o saber fazer a dança, a música, a mitologia, a religião, a língua, o nome, a vida”. Com este conceito, o processo de preservação pode tornar-se criativo, dinâmico, englobando o testemunho de diferentes segmentos sociais.

e Cultura], foi um momento importante na dinamização da ideia de patrimônio cultural (Parreira, 1984, p. 239).

Pode-se dizer mesmo que houve uma saudável tendência em se ampliar a atitude patrimonialista tradicional no sentido de animação cultural e incentivo à criatividade, corrigindo uma de suas distorções históricas. Os que zelavam pelas raízes começavam a pautar seu zelo em função da destinação última das raízes; produzir frutos. “Preservar o patrimônio chegou perto da ideia de preservar a vida” (Parreira, 1984, p. 239).

4 MODERNISMO E OS DILEMAS DE CONSTRUÇÃO NACIONAL

A história objetivada é, em certo sentido, uma necessidade. As oportunidades e os acontecimentos, bem como as desilusões, estão ligados às possibilidades e aos limites das configurações históricas específicas. No entanto, os projetos modernistas são contemporaneamente questionados pelo seu caráter arquitetônico²⁰ ou teleológico.²¹ As histórias das mulheres, dos negros, dos operários, dos indígenas, enfim, a história do cotidiano e das mentalidades registra, de formas mais ou menos radicais, que os processos históricos não se reduzem aos feitos da política e da economia no sentido de construção do Estado e da nação. A consciência da difícil relação entre nosso inconsciente político, organizado em torno de processos de *nation-building*, que produz um tipo de análise específica, e as experiências cotidianas, traduz-se na intensificação da afirmação de identidades culturais

20. Usamos o termo arquitetônico no sentido de Morse (1988), o qual refere-se a totalidades expressivas de pensamento, verdadeiros mapas significativos a localizar culturalmente os homens no mundo.

21. Pode-se afirmar que a modernidade tem como um de seus traços característicos o historicismo. Ela se aproxima da categoria de evolucionismo e de uma finalidade (teleologia), como se a história fosse um túnel cujo percurso para as luzes seria inevitável. Costa Lima (1984, p. 114) escreve: “em processo de expansão, o domínio burguês associava-se à ciência, ao desenvolvimento tecnológico e concedia à humanidade (europeia) conceber-se à maneira de uma espécie de cujo caminho se tornava sempre mais largo e promissor”. O autor continua da seguinte maneira “o pensamento humanista usa o túnel da história para assegurar-se de que, malgrado as catástrofes executadas e sofridas pelos Estados-nações, suas ilusões não teriam sido puros enganos. Apesar disso, agora em frangalhos, a ideologia do progresso não mais impede o questionamento da antiga mestra da vida” (*idem, ibidem*). Não escapa a Moraes (1990) as influências e as teses evolucionistas presentes no pensamento de Mário de Andrade, não apenas pelas leituras da antropologia de viés evolucionista a exemplo de Frazer, mas como tese abrigada pelo modernismo em geral. Assim, seria de se esperar que dentro deste raciocínio as *imperfeições* do atraso tomassem como norma de medida a civilização, que à época já era pensada como moderna. Outra abordagem do tema da modernidade como portadora de uma teleologia é feita por Berriel (1991), ao demonstrar a presença em Macunaíma tanto do herói mítico, das sociedades tradicionais, quanto do anti-herói, típico das construções modernas. A relação entre os dois tipos não é resolvida e sim suspensa, pois Macunaíma vira estrela, mas claramente espera-se uma sociedade moderna, na qual o elemento aurático, lúdico, experimental e compreensivo (holista) não se perca.

(internamente às nações ou entre elas). Isso tudo tem uma significação. O imaginário, a nossa maneira de olhar para as coisas, tem que ser descolonizado. Da mesma maneira, esta consciência desestabiliza a confiança dos projetos modernistas e do papel dos intelectuais em falar com legitimidade sobre tudo e por todos.

O intelectual universal da modernidade cede espaço ao intelectual específico e local, colocando-se diante do dilema de estarmos trancados em nosso próprio universo cultural. Falar então de globalização²² impõe-nos destacar as configurações históricas e culturais complexas, mas singulares, que cruzam resistências culturais e projetos de modernização forjados nos centros hegemônicos. Portanto, tentaremos incluir a fusão de horizontes culturais díspares na dimensão dos processos de globalização. De qualquer maneira, nossa interpretação é experimental e provisória, tentando tornar emergentes os aspectos culturais que, em outros modelos interpretativos, são tratados como residuais.²³

As questões que ganham visibilidade – sobretudo tematizadas no pós-modernismo – abrigam um elenco de problemas remetido aos efeitos das metanarrativas fundadoras vigentes no modernismo e agora em franca erosão de sua credibilidade. Categorias, como identidade, realismo e relativismo, perdem sentido com o colapso da imediação do *dado*. Estes pontos específicos sofrem transformações dentro da epistemologia pós-moderna, mas também refletem certa complexificação da vida social e a desnaturalização das fronteiras e das relações entre configurações discursivas. O referente, o dado, é tão construído quanto as figuras e as imagens que utilizamos para fazer da argumentação em algo com sentido.

22. A globalização é um processo já secular ligado à expansão do capitalismo como economia-mundo. Elementos novos, como tecnologia, mídia, agilidade dos mercados financeiros etc., dão-lhe novas configurações sem mudar-lhes as relações e as tensões básicas pensadas dentro do modernismo: local-nacional, particular-universal, razão-história.

23. Não se pode esquecer as contribuições da Escola de Frankfurt para a interpretação do capitalismo tardio. Embora nossa reflexão seja inspirada nesta análise, sobretudo nas análises frankfurtianas de Frederic Jameson, ela sofre as deficiências de uma crítica totalizadora, a partir da premissa de uma lógica capitalista que condicionaria de forma determinante as práticas culturais. Uma alternativa a este procedimento é sugerida em *Visão do Paraíso* (Holanda, 1992) e pelos modernistas brasileiros, sobretudo Mário de Andrade.

A desterritorialização²⁴ do capital e de seus paradigmas de gestão é a metáfora máxima da perda de raízes e fundamentos. A imposição e a intensificação de jogos entre alteridades sociais, novas resistências e positivities se traduzem na desconstrução do realismo modernista. Afinal, como aplicar modelos homogêneos em contextos diferentes? Tornam claras as relações de desconstrução do historicismo cultural e econômico, bem como da necessidade de ampliação e proliferação dos conteúdos e valores da modernidade para responder às situações concretas e a políticas geradas no contexto de uma cultura e economia multinacionais. O resultado é que a lógica da identidade, da presença completa, é transferida para o campo da multiplicidade de narrativas atomizadas.

Podemos colocar isto de outra maneira. O modernismo como uma cultura de mandarins, como diria Barthes, sempre esteve relacionado à modernização social e cultural. A modernização era crença amplamente difundida e drama de escala mundial que regulava as identidades locais e nacionais. A epistemologia pós-moderna desconstrói as teleologias do progresso (o modernismo), mas mantém como contexto o movimento de modernização.²⁵

Julgamos necessário, portanto, dar um tratamento analítico ao modernismo, demarcando-lhe uma ideologia latente, a modernização.²⁶ Nesta podemos ver a presença velada da metáfora maquinica e o paradigma da produção. A fábrica e o trabalho são as figuras básicas da produção imaginária modernista, que associadas ao projeto de mo-

24. Mais uma vez, é notável a aproximação dos conceitos empregados para repensar as novas realidades culturais no mundo com os conceitos marioandrianos. O conceito de desterritorialização assinala e exagera aspectos dos processos visíveis historicamente. Por analogia, embora com função diversa, Mário de Andrade empregava o termo desgeografização. A intenção do autor era descobrir, para além das diferenças regionais, uma unidade mais fundamental que seria a identidade nacional.

25. Pode-se colocar a modernização como base da episteme do imperialismo ocidental. A prática efetiva do imperialismo é o controle das economias e a incorporação e a homogeneização das histórias locais. Do ponto de vista do conhecimento, o processo de escrita da história mundial dá ênfase nas práticas políticas e econômicas, separando-se e não sendo afetada pelas representações que produz. O mais interessante é que este deslocamento para o objetivismo impede um deslocamento para uma crítica liberadora dos estereótipos, da identidade e das prioridades valorativas ocidentais. O pressuposto de um observador a-histórico, capaz de incorporar as histórias locais em metanarrativas totalizadoras e abrangentes, bloqueia a crítica a pressupostos etnocêntricos e aos dispositivos institucionais, culturais e disciplinares que ligam as práticas de objetivação do *outro* à continuada hegemonia ocidental. O problema apresenta-se como a universalização e autovalidação de sociedades particulares, o que se convencionou denominar de historicização do tempo histórico, próprio do conhecimento moderno.

26. Como aponta Moraes, "na passagem do primeiro para o segundo tempo do movimento, a sensação de frustração associada ao atraso do processo modernizador brasileiro é que orienta a maneira como se dá a reformulação da problemática da incorporação". E, ainda, "toda a discussão do nacionalismo está marcada, ao longo da década, pelo reconhecimento desta relação básica referida ao contexto da modernização e experimentada inicialmente de forma negativa" (Moraes, 1990, p. 69).

dernização e padronização propõem-nos um lento abandono do passado e das tradições locais, deslocando-os através dos códigos hegemônicos das sociedades modernas.

Não há razão para supor que o pensar e agir modernos apaguem ou desarticulem estas resistências sempre. Embora a completa absorção e descaracterização de outras culturas tenham ocorrido não poucas vezes, o que colocamos agora é a proposição de uma concepção dominante e hegemônica que traça os limites do possível para as respostas e inovações criativas. A inclusão destas dimensões múltiplas toca outro traço do modernismo que gostaríamos de registrar.

A historicidade no modernismo é representada como uma espécie de túnel que nos levaria a algum ponto não definível mas passível de ser intuído ou imaginado, posto que teleológico. Mesmo que a temporalidade anote níveis ou séries com diferenças de densidade e resistência, portanto permeáveis à ideia de ritmos diferenciados, ela encaminha nossos passos naquele túnel do tempo evolucionista.

Decerto, são inúmeras as objeções a estas ideias, mas também não há razão para destruir arbitrariamente e retoricamente estes elementos e aspectos da episteme moderna, quando eles ainda estão, mesmo quando relativizados, funcionando como esquemas geradores da visão modernista.²⁷ Talvez o que devemos enfatizar é que a ideia de unidade expressiva das diversas séries da vida social, articuladas em estruturas orgânicas e demarcadas a partir de teleologias implícitas, é analiticamente questionada, embora não inteiramente abandonada na orientação prática e política.

Tentamos chamar a atenção para a hipótese teleológica presente no modernismo. Na verdade, a ideia de missão é mais própria se o problema é traduzir o papel dos intelectuais e os projetos de nação, se tomamos a imagem-objetivo da produção ideológica. Pode-se dizer que estas supõem uma espécie de contínuo entre polos opostos, moderno e tradicional. Os ritmos e as dinâmicas históricas, mesmo distinguindo unidades analíticas e as considerando relativamente autônomas, manteriam um sentido evolucionista

27. O pós-modernismo se esforça pela desconstrução dos mitos modernistas, questionando o papel iluminista para a identidade cultural do Ocidente e também o problema da totalização na epistemologia e a teoria política moderna. Entretanto, a crítica não desloca definitivamente as utopias políticas herdadas do iluminismo.

no sentido do polo moderno. O espelho contemporâneo deste processo seria reconhecido na configuração teórica e histórica denominada globalização.

A esta altura, fica evidente que a concepção histórica e interpretativa a que nos propomos não dá ênfase a um recorte ou código específico – economia, política, cultura ou sociedade –, mas ao estreito relacionamento entre elas. Não tratamos cada nível como realidade e referência independentes, e sim como construções interpretativas tecidas por redes de significados que se inter cruzam. Desta maneira, o conceito de colonialismo é um ponto de inter cruzamento entre hegemonia política e econômica, com as dimensões socioculturais que a legitimam e configuram.

É importante assinalar que as tentativas de desconstrução do colonialismo se impuseram como o direito de enunciação, isto é, como o direito de falar de um ponto de vista e a partir de uma identidade própria. Esse processo se traduziu na afirmação da independência e da autodeterminação, bem como em longo mirar-se das culturas não ocidentais ou não hegemônicas no espelho do ocidente.

Evidentemente, muitos dos problemas teóricos da alteridade são propostos do ponto de vista da articulação de novas demandas simbólicas, políticas e econômicas. Essas, por sua vez, nem sempre se traduzem no pleno reconhecimento político, mas no reconhecimento da necessidade de novas teleologias e deslocamentos do poder de enunciação para a objetivação e conquista do *outro*. A combinação entre descolonização e neocolonialismo gera paradoxos irresolúveis se não entendidos nos seus múltiplos aspectos, sobretudo nos suportes materiais e culturais que possibilitam a dominação. Em realidade, são estes suportes materiais que dão continuidade à expansão da economia capitalista e do dinheiro como medida de valor universal. A penetração desta medida é o índice da expansão da lógica do capital em escala mundial e o marco de uma cultura global.

Parece que retomamos a dimensão econômica como elo decisivo da configuração cultural que tentamos interpretar. A luta histórica faz, entretanto, com que os processos de dependência colonial se transfigurem em lutas por independência e identidade cultural. A linguagem que conduz a interpretação e a afirmação desta luta é a da descolonização e da afirmação de identidades nacionais. A acusação de etnocentrismo é o termo preferido para a desqualificação política e para o apelo ao conhecimento das realidades

loais. Quando falamos de construção discursiva da diferença, estamos questionando não apenas as estratégias de reconhecimento/desconhecimento de identidades, mas a paradoxal presença do outro como matriz reguladora das possibilidades do discurso, “a alteridade cultural funciona como o momento da presença na teoria da *diference*” (Bhabha, 1991, p. 180).²⁸

A luta entre colonizador e colonizado mobiliza esforços de objetivação mútua e de controle sobre o olhar do outro. Estas relações reinscrevem-se em atos de violência simbólica paralelos aos esforços de manutenção (ou modificação) de posições nas relações políticas e econômicas internacionais.²⁹ Daí que a afirmação do colonizado signifique esforços de afirmação de identidades e espaços de enunciação no xadrez das relações econômicas e políticas. As estratégias de descolonização, por sua vez, são estratégias de ruptura com hábitos de submissão e obediência internalizados, como diria Bourdieu (1987), de ruptura com uma cultura feita natureza.³⁰

Nessa leitura, entretanto, somos surpreendidos por alteridades criadas discursivamente, com intenções políticas, cognitivas ou econômicas. Em realidade, um verdadeiro regime de discurso é mobilizado e ativado para produzir diferenças e se relacionar, resistindo ou não à tremenda expansão dos meios de comunicação e do consumismo. É neste sentido que o mundo da cultura perde sua autonomia e se equaliza (*todos os gatos*

28. “O que necessita ser questionado, no entanto, é o modo de representação da alteridade, que depende de como o “ocidente” se encontra desdobrado dentro desses discursos” (Bhabha, 1991, p. 180).

29. Jameson (1992, p. 216-234), elabora uma interessante análise, na qual coloca o socialismo real como um enclave antissistêmico. A desconstrução política desse regime que oferecia resistência ao individualismo e consumismo capitalista é a desconstrução das possibilidades políticas de resistência cultural à sociedade de consumo. O autor coloca que a derrocada desta alternativa cultural tem consequências nas possibilidades de resistência ao imperialismo. Morse, em *O espelho de próspero* (1988), por sua vez, trata a política como sintoma de cultura. O individualismo pode ser tratado em sua face civilizatória, dos direitos e das liberdades do homem, mas também de barbárie, ao tornar impossíveis projetos coletivos que tomem dos valores sociais compartilhados e solidários, a orientação necessária para a definição de condutas consideradas legítimas e desejáveis. Por seu turno, as totalizações das sociedades holistas podem se perder em sistemas regidos por uma dogmática anti-humanista e autoritária, mas também podem oferecer os valores sociais necessários para tratar dos problemas provenientes dos avanços do capitalismo e as consequências de um individualismo apenas capaz de formular-se em sua face utilitária e egoísta.

30. Devemos lembrar que estas estratégias embutem o problema sociológico do *secessionismo ilimitado* e, teoricamente, carrega elementos de violência, pois a afirmação de identidades, por definição, é relacional, implicando na oposição a outros grupos. A ausência de inimigos reais implica risco de criação de inimigos imaginários e *bodes expiatórios*, que no limite é uma possibilidade em situações de anomia, isto é, onde o mínimo de solidariedades globais estaria ausente.

são pardos) pela lógica da circulação da mercadoria. A proliferação de identidades é vista como mera estratégia de distinção e investimento econômico.³¹

A desconfiança de todo fundamento é uma experiência moderna radicalizada pela pós-modernidade. Aliás, é esta radicalização que coloca entre parênteses a clássica relação entre vanguardas, portadoras de projetos globais para a sociedade, e senso comum, que teria de *elevantar-se* dirigido por intelectuais e cientistas. Até certo período, os intelectuais eram tradutores de ideais metafísicos e da verdade nas práticas cotidianas. A verdade pode ser traduzida em projetos de boa vida, correção moral e formas políticas. Depois disso, passam a ser mediadores entre grupos, saberes e fazeres muito específicos e localizados.³² Os regimes de verdade são completamente modificados, e os papéis imaginados para os intelectuais também. Obviamente, o papel do intelectual oracular não foi completamente abandonado. Aliás, como exemplo, pode-se lembrar dos papéis atribuídos historicamente aos advogados, depois aos médicos, aos engenheiros e, mais recentemente, aos economistas calculadores na tradição intelectual brasileira. Todos esses profissionais articularam visões e projetos globais de construção do Brasil (Schwarcz, 1993).

Enfim, as possibilidades de afirmação cultural são submetidas a certo olhar crítico e descrente por projetar-se como um jogo sem propósitos e capacidade de intervir social e politicamente. O domínio da cultura passa a ser privado de suas potencialidades críticas em virtude de sua incapacidade para se articular de forma crítica e autônoma em face à economia, à sociedade e à história. A recuperação desta resistência exige a reconstrução da historicidade complexa, da temporalidade densa e, portanto, de uma cultura afirmativa o que, no nível analítico, corresponde a postular a vigência da autonomia relativa dos níveis e sua articulação em redes interpretativas densas, como

31. Pode-se ver que estas formulações se afastam das formulações de Bourdieu, pois supõem um *cinismo* tipicamente *pós-moderno*, incompatível com o princípio de não consciência e da vigência de estruturas internalizadas que orientam a ação valorativamente.

32. Foucault escrevia na *Microfísica do poder*: "parece-me que a politização de um intelectual tradicionalmente se fazia a partir de duas coisas: em primeiro lugar, sua posição de intelectual na sociedade burguesa, no sistema de produção capitalista, na ideologia que ela produz ou impõe (ser explorado, reduzido à miséria, rejeitado, 'maldito', acusado de subversão, de imoralidade etc.); em segundo lugar, seu próprio discurso enquanto revelava uma determinada verdade, descobria relações políticas onde normalmente elas não eram percebidas" (1982, p. 70). O mesmo Foucault aponta que as relações entre prática e teoria são mais fragmentárias e parciais do que se pensa. Daí o conceito de formação discursiva, como vimos anteriormente.

diria Geertz (1978).³³ Tudo isto deriva da analogia encontrada na esfera da cultura, na qual o pós-modernismo é um índice da cultura do simulacro e de sua incapacidade em conservar um tênue sentido último do mundo exterior.

O pós-modernismo, como cultura do capitalismo tardio, passa a ser uma réplica ou duplicação imaginária do signo. Quer dizer, o referente é ele mesmo um mito e não existe a não ser como imaginação. Esta duplicação da totalidade real do sistema do mundo no imaginário permite que a cultura se isole como sistema fechado e autossuficiente e, ao mesmo tempo, flutue sobre o real. Na realidade, a proliferação do signo resolve-se como uma replicação análoga da lógica do consumo. Essa libera o signo de seu referente, descolando-o de qualquer valor e fundo, ou de qualquer *teoria de campo unificada* que possa relacionar a cultura com sistemas conceituais capazes de considerar outros níveis ou *séries* articuladas da realidade.

Já vimos que a autonomização da cultura impõe certa política do signo a que se denomina pós-modernismo.³⁴ Resta ainda dizer que esta configuração relaciona-se com o capitalismo tardio, no qual temos uma sociedade de consumo ou sociedade pós-industrial. Nesta fase de integração de mercados, as relações com as *colônias* ou países periféricos transforma um controle imperialista “ultrapassado em penetração de mercado, destruindo as antigas comunidades de aldeia e criando contingentes de mão de obra assalariada e um lumpemproletariado inteiramente novos” (Jameson, 1991, p. 123).³⁵

33. Laclau e Barthes associam os desenvolvimentos da teoria do signo, que manteriam vivos apenas os fantasmas do referente, ou seja, de evidências externas à linguagem, como responsáveis pelo processo de fragmentação e universal reificação da cultura pela lógica do capital. Parece-nos um exagero, pois a realidade semiotizada permanece a funcionar como bloqueadora da interpretação e como possibilidade de abrir ou fechar argumentos críticos. No mais, a própria cultura, com seus paradigmas e valores, oferece parâmetros de fechamento para a proliferação interpretativa. A esse respeito, ver Barthes (2004), Eco (1997), Jameson (1996), Rorty (2002) e Vattimo (1996).

34. Os dois significados de autonomização da cultura implicam dois tipos de crítica cultural. Em um primeiro tipo tributário da linguística e da semiótica, o referente é semiotizado e, no outro, a cultura perde seu poder de inscrição crítica, pois perde o poder de hierarquizar e julgar práticas culturais. Esta crítica é similar às colocações barthesianas sobre o par denotação/conotação, como base dos pressupostos realistas e como efeito da suposição de um referencial fundante do conhecimento externo ao signo. Segundo Barthes (2004, p. 189-190), “suprimido da enunciação realista a título do significado da enunciação, o real volta a ela a título de significado da conotação: no momento em que se julga denotação tais detalhes diretamente do real, nada mais faz que significá-lo”.

35. Esta caracterização feita por Jameson é bastante esquemática, mas serve aos propósitos deste trabalho. Para uma melhor caracterização de sociedades de capitalismo tardio, ver Mandel (1985, p. 271-272) e, para um apanhado conceitual, ver Laclau (1991). As obras de Caio Prado Júnior e, mais tarde, a teoria da dependência formam uma linhagem interpretativa das análises do capitalismo tardio.

Estas novas formas de penetração e de colonização são, talvez, mais avassaladoras do que todas as invenções militares e as colonizações pretéritas. São, possivelmente, mais eficazes, pois as possibilidades de resistência são minadas e as referências sociais e culturais que possibilitariam aquela resistência são desconstruídas ou descoladas das realidades sociológicas e políticas.

Longe de representar uma sociedade pós-industrial, o capitalismo tardio (...) constitui industrialização universal generalizada pela primeira vez na história. Mecanização, padronização, superespecialização e parcialização do trabalho, que, no passado, determinavam apenas o reino de produção de mercadorias na indústria concreta, penetram agora em todos os setores da vida social. É característico do capitalismo tardio que a agricultura venha se tornando, passo a passo, tão industrializada quanto a indústria, a esfera da circulação (por exemplo, os cartões de crédito e congêneres) tanto quanto a esfera da produção e o lazer tanto quanto a organização do trabalho. (Mandel, 1985 *apud* Jameson, 1991, p. 123-124).

Portanto, vemos a penetração na cultura pelo que se convencionou denominar indústria cultural, da qual os meios de comunicação são apenas uma parte. Esta fase do capitalismo tardio pode ser definida por sua estruturação em escala mundial, onde as diferenças culturais e identidades tradicionais tornam-se apenas vestígios de fases anteriores. A definição de que a globalização representa integração de mercados invade o campo de produção cultural incluindo a ideia de mercados culturais internacionalizados de produtos e significantes cada vez mais desvalorizados. Uma verdadeira inflação de bens simbólicos, capaz de desterritorializar a cultura e ao mesmo tempo banalizá-la.³⁶

Neste caso, podemos afirmar ainda que as forças sociais que se configuram neste contexto de capitalismo globalizado e suas relações estruturadas impõem pontos de resistência a uma proliferação indefinida e socialmente irresponsável de significados. Neste sentido, o entendimento destas forças socioculturais liberadas pela globalização é condição necessária, embora não suficiente, para resgatar pelo menos alguns aspectos políticos e valorativos do iluminismo, notadamente suas promessas de igualdade e felicidade humana. Da mesma forma, seria importante continuar a demarcação do regime de enunciação e discurso e suas relações com periodização das práticas sociais e culturais do capitalismo.

36. Frederic Jameson crítica o pós-modernismo, identificando-o à lógica do capitalismo tardio. Ver Laclau (1991) e Jameson (1992) a respeito de um diálogo possível entre o marxismo e a episteme pós-moderna.

5 O PARAÍSO É AQUI

O objetivo desta seção é duplo. O primeiro é reduzir a velocidade da criação da produção simbólica. Toda produção cultural é localizada e se associa com processos sociais, políticos e econômicos. O segundo objetivo é clarificar a questão do papel da *alteridade* na descoberta do paraíso. Mas como a marcha dessa descoberta custou, nos longos anos da colonização, a correção da ideia de que na América se encontraria o *paraíso terreal*, com eldorados, frutos e riquezas de beleza intermináveis, as tentativas de clarear este mapa imaginário, as *visões do paraíso*, sinalizam que os marcos da conquista do espaço territorial ibero-americano demarcam o espaço de sua construção simbólica e imaginativa.

Colocar a questão das visões do paraíso é abrir espaço para a questão da alteridade. Na mesma medida, analisar a questão da colonização ibérica na América é tratar da questão de dois estilos de atualização do imaginário, *grosso modo*, cristão e ocidental, no contato com o novo mundo.

Tomar a história das correções plausíveis das visões do paraíso significa ter em conta que as representações que orientaram a conquista eram problemáticas. As visões já traziam os desenhos de um mapa conceitual e imaginativo e esses se dirigiam às marchas e às contramarchas da colonização, de suas descobertas e experiências. O Brasil havia de ser reescrito na medida em que se visibilizava a imprecisão de suas fronteiras imaginárias e os seus contrastes com as experiências do território terreal.

A prática da colonização empurrava o texto impresso nas imagens paradisíacas para um contratexto cujas fronteiras estariam mais próximas, passíveis à correção e à reinterpretação diante da anexação de novos sinais proporcionados pela natureza. Ananases, jabuticabas, beija-flores, borboletas e jiboias, frutas, animais passíveis de dissimular secretos significados em seus hieróglifos misteriosos.

Compreende-se, assim, que até as Índias de Castela (Hispano-América), mais disposta que os portugueses em aceitar as notícias inverossímeis e fabulosas do sertão, deixem de ser, aos poucos, com o processo de colonização, um país de lenda. Seja como for, os portugueses do *quinhentos* estavam muitas vezes sensíveis e atraídos à fantasia, apesar de receberem principalmente sua atenção, o imediato e o cotidiano. Sua quase

indiferença ao inusual e discrepante, provoca, parece, certa apatia da imaginação, tornando propício à transmutação de todo o incomum em familiar.

Por sua vez, um estilo mais imaginoso estaria do lado castelhano. Como afirmara Sérgio Buarque, “as verdadeiras Índias, Índias do mistério da fábula, dos infinitos tesouros, são, já agora as ocidentais, as de Castela, que Orlando, embora, a América lusitana, mal lhe comunicam, no entanto, seu influxo” (Holanda, 1992, p. 104).

As necessidades do estabelecimento e da conquista efetiva do território fazia com que a missão civilizadora do Ocidente se encontrasse com sua própria imagem, deslocada e descentrada, em maior ou menor grau conforme o estilo mesmo da colonização. Mais experimental ou imaginoso, mais adaptado a países, climas, raças diferentes ou, ao contrário, mais inflexíveis, o certo é que a presença de portugueses e espanhóis significou a presença da Europa e sua territorialização imaginativa e discursiva na América ibérica.

Dois exemplos, o clima e a escala dos mapas territoriais, são significativos desta presença seduzida por motivos edênicos. De alguma maneira, as percepções e as construções sobre o clima e o território são dotadas de certa plasticidade ao contato com o Novo Mundo, correspondendo a uma tendência à época de reduzir constantemente o Éden terreal às dimensões do verossímil. A força da convenção atribuía, desde as descrições medievais, a ausência de frio e de calor, de onde uma temperatura amena e constante do *paraíso terrestre*. É de se notar que sendo aqui o paraíso, “a terra é mui temperada” (Holanda, 1992, p. 300).

Contudo, passado o tempo, as opiniões sobre a temperança da terra já deveriam mudar um pouco, o que seria uma *atenuação plausível*, conhecido o calor de certas estações. O outro exemplo é o estreitamento do mapa geográfico para que o Peru estivesse ao lado de São Vicente, segundo a geografia fantástica. Desta aproximação, que mal escondia o sonho de acesso às minas de prata e ouro, resultava na imaginosa ideia de introduzir lhamas em São Paulo, afinal, nada mais adequado para traduzir a transfiguração imaginária das montanhas de São Vicente em uma réplica oriental dos Andes. Associada a estas ideias vem seguida a noção de que, por terra ou água, o Peru estaria de São Vicente distante apenas breves doze dias de jornada.

Da mesma maneira, o desprezo aos diamantes, desprezo nem sempre levado muito a sério, é verdade, bem como a busca nos sertões, não de ouro, nem de prata, mas de esmeraldas, indicam ainda os motivos edênicos da colonização. Certamente com os poderes místicos e mágicos daquela pedra nenhuma outra concorreria. É que, em verdade, ao brilho e ao colorido das pedras e dos metais preciosos associa-se algum místico simbolismo, capaz de expressar qualidades sobre-humanas. As extraordinárias e miraculosas virtudes das gemas e das pedras é sua intimidade com ordens sobrenaturais e não, como se pensa modernamente, com alguma estimativa meramente mundana de valor,³⁷ incentivando ainda mais os ideais iberistas de um paraíso além-mar.

Não se queria encontrar no Brasil a *Terrae Brasilis*, mas o Peru, cuja imagem de seus invejáveis tesouros atiçava a imaginação, não só de portugueses, mas até na América inglesa, e entre franceses e holandeses, empolgava e fascinava a possibilidade das riquezas fabulosas.

A recusa da natureza em ser dadivosa com os portugueses contribuía, entretanto, para acentuar o caráter experimental da colonização portuguesa. Apesar de situada nos trópicos, a terra brasileira, onde por razões naturais dever-se-ia encontrar ouro, Deus, pelo menos até boa parte do século XVII, apenas oferecia ouro minguaado.

A América lusitana vê-se, inicialmente, na disposição de não entrar mais de 10 léguas terra adentro, sempre posta como os caranguejos “a arranhar as costas” (Holanda, 1992, p. 104). Cuida de aceitar a bondade da terra, afugentando os sonhos de tesouros invisíveis com o lucrativo cultivo do açúcar.

É fora do Brasil, contudo, mesmo que depois as terras venham a pertencer à Coroa portuguesa, que nascem e ganham maior crédito os grandes mitos da conquista da América. Não se cogita que os portugueses fossem menos crédulos que os espanhóis. Mas estes, mesmo ao inclinarem-se a aceitar as maravilhas da criação, só as procuram quando capazes de satisfazer os apetites materiais. Entretanto, é de se notar que seu fastio de prodígios, sua razão cautelosa e pedestre, daria outros argumentos aos argumentos da colonização.

37. Sérgio Buarque justifica que a estimação profana tem apoio na qualidade divina das pedras preciosas. Ao lado da raridade, da perfeição, do brilho, do colorido, a reputação das gemas e dos metais depende também de seus poderes mágico-religiosos.

As visões do paraíso podem ser vistas como um texto-limite da violência subjugadora já que as experiências coloniais foram, de início, enunciadas sem qualquer referência ao seu objeto, as terras descobertas. É neste limite que a cultura do Ocidente se representa como prática de anexação de territórios imaginativos formulados por estratégias discursivas e políticas deslocadas.

A repetição de si própria é, todavia, assegurada por deslocamentos e reinscrições que, ao levarem em conta o outro como objeto de prática discursiva, escreve-o e o constrói, sem deixar de ser um núcleo resistente implícito que regula a enunciação. Portanto, através das diversificadas conjunturas, marchas e contramarchas da história, a repetição de si é assegurada por reajustamentos na estratégia discursiva. O efeito de verdade garantido nestes movimentos independe de provas empíricas ou lógicas; basta o reconhecimento e a configuração de identidades e subjetividades tornados possíveis pelo discurso.

Os esquemas literários provêm-nos fartamente, junto com os poetas gregos e romanos, ao exaltarem a felicidade do início dos tempos, dos modelos edênicos. Todos à época de Colombo se inclinavam a ver os mundos novos sob a ótica destes modelos. A mentalidade na qual encontramos a base destas atitudes é a mesma que opõe nas obras literárias e teológicas a degradação da natureza e um mundo nostálgico de imagens idílicas. O próprio Colombo e outros navegadores, como Vespúcio, Verrazzano e os Cabotos, partilhavam a ideia de que o mundo conhecido, em alguns casos, como o do descobridor das Américas, estaria degradado, estaria mesmo próximo ao fim, com fim próximo ao ano de 1656.

A notícia e o próprio avistamento de novos continentes estimulam neste contexto as idealizações e as fantasias de que estes novos mundos teriam as cores e a inocência entorpecida no mundo conhecido. “Sem a mortífera pecúnia, vivendo na idade de ouro, sem leis, caluniosos juízes, sem livros, contentam-se – isto é, os homens do novo mundo – com o estado da natureza, nada preocupados com o porvir” (Holanda, 1992, p. 185-186). Mesmo depois, corrigida a visão imaculada das primeiras notícias do descobrimento, as esperanças eram sedutoras, mantinham-se até depois de iluminadas às tiranias e malícias dos canibais americanos.

As imagens da Idade do Ouro, época em que tudo produziria a terra e sem esforço, imagem do paraíso, são bastante compatíveis com as opiniões eclesiásticas, cristãs, sobre a bondade natural e a inocência do homem. A teoria da excelência do estado natural dos antigos se ajustava perfeitamente à *Suma Teológica de S. Tomás de Aquino*.

O ponto de partida para exaltação de outros mundos, terras desconhecidas, incólumes aos pecados, e intocadas pela degradação geral, também tem naquelas lembranças da literatura clássica e das opiniões teológicas pontos de contato. Afinal, a terra deteriorada e miserável, consequência do pecado e da queda, seria também para os antigos gregos, Platão e Aristóteles como exemplos, uma espécie de cópia esmaecida, deteriorada e degradada das ideias e das formas perfeitas, para o primeiro filósofo, e uma privação das verdadeiras virtudes infundidas no mundo pela mão divina, para o segundo.

À decadência progressiva do mundo fazia-se esperar não um futuro longínquo, ou fora do mundo, mas na vida de todos os dias. O tema do *paraíso terreal* ganha força insuspeita. O humanismo renascentista, por sua vez, ao colocar no homem e nas suas energias criativas o peso e a responsabilidade pela sua própria natureza, empurra as potências celestes, indiferentes às contingências terrenas para um papel secundário.

O mundo e o homem, liberados de uma maneira sem precedentes das forças celestiais, ainda que sujeitos à degradação e à miséria, deixam-se penetrar pela esperança de salvação neste mundo. A ideia repetida da degradação, do declínio e da corrupção do mundo habitado e conhecido reserva para a terra incólume à maldição divina e poupada pelo dilúvio o encantamento de se tornar o paraíso terreal.

Ainda não se segue plenamente a máxima maquiavélica de cumplicidade desencantada com o mundo e com as coisas tal qual essas são efetivamente. A simples notícia das maravilhas e das possibilidades dos novos mundos, das terras incógnitas, mas paradisíacas, atiça a imaginação, ainda por contraste ao decaído e corrupto mundo conhecido, para o espetáculo idealizado do novo continente.

As visões do paraíso, onde é tempo de concórdia e harmonia entre os homens, onde “as únicas lágrimas que vertem os bosques são as do incenso, misturado à olorosa mirra ou ao bálsamo, e a doce sombra do arvoredado suaviza os rústicos ágapes” (Holanda, 1992, p. 191), constroem-se do enredamento da literatura clássica, dos desen-

volvimentos da configuração ideológica cristã, e estão demarcadas pelas estruturas das sociedades europeias modernas que se formam. A *visões do paraíso* são parte do imaginário e de campos discursivos formados em cenário europeu. A evocação da senilidade do Velho Mundo, com o paralelo realce das riquezas da América, vai, aos poucos, ceder a uma trama mais densa de discursos, onde a modernidade serve de espelho no qual deveríamos nos mirar.

Este cenário é encontrado plenamente em séculos posteriores, enquanto os motivos da natureza idílica, entre os americanos, encontram acolhida até bem na atualidade, com a crença de que o Brasil é o país do futuro, por exemplo.

A crença na deterioração da natureza, que exigia explicações ponderáveis para os europeus, encontra-se assim descrita por Sérgio Buarque de Holanda, através de uma citação de Montalvo:

debe causar la constelación del mundo ser mas envejecida, que perdida la mayor parte de la virtud no puede llevar el fruto que debia, así como tierra, que ni el mundo labrar, ni la escogida simiente pueden defender los cardos y las espinas con las otras hierbas de poco provecho que en ella nacen (Holanda, 1992 p. 193).

Se o envelhecimento do homem influenciava a autoimagem, o renascimento das letras clássicas, o descobrimento do mundo antigo e o nascimento do homem como medida das coisas, com suas virtualidades, sua dignidade e seu otimismo, dava maior visibilidade às ideias de declínio simultâneo do homem e do mundo. O deslocamento do modelo de virtude para os antigos tornava pouco promissoras as possibilidades do presente. O prestígio dos antigos significava a admissão tácita da inferioridade e a efetiva decadência dos tempos presentes.

É neste contexto que se faz pensar em um paraíso terrestre, isto é, fora do Velho Continente, onde se poderia encontrar ou edificar uma sociedade imaculada. Reiteram-se as virtudes e a bondade das gentes, habitantes de um mundo de primavera perene. Abandonado por Deus e sujeito ao peso da culpa, o paraíso não poderia estar próximo à decaída e senil Europa, mas afastado dela por mares intermináveis. O desaparecimento de espécies fabulosas, como a fênix ou o unicórnio, que tornavam os enigmas divinos decifráveis, até certo ponto, era prova de um emudecimento de Deus. A leitura simbólica da natureza, que se abre como um livro decifrável dos desígnios divinos, reforçava

a ideia de que nos lugares onde a natureza era dadivosa, animais e plantas, assim como todas as outras coisas, pode ser dito algo aos homens. Muito mais do que qualquer mensagem particular, seria de se esperar que o divino aí se manifestasse sem nenhuma vergonha ou problemas para expressão de seus pensamentos.

É claro que dentro de uma religião vinculada aos simbolismos, mas também à pompa mundana, muito facilmente dissipam-se os limites entre o espiritual e o temporal. Sendo, entretantes, a criatura imagem pálida do criador, a natureza é manifestação do outro mundo. Tendo as formas mundanas a missão de revelar o poder divino, nada mais natural que os templos fossem enriquecidos e as cerimônias e as imagens sagradas ornamentadas com preciosidades e metais que resplandessem aos olhos humanos a luz celestial.

O mesmo valia para a existência de certos monstros, como o basilisco, capaz de murchar ervas, expulsar ou mesmo matar outros animais, com o bafo ou o olhar. As correções plausíveis associadas à pestilência do basilisco não contesta ou desmente seriamente a realidade deste ser, mas, de fato, torna mais razoável sua existência. Afinal, matar só com o olhar é algo inimaginável à luz da sapiência recente, pois o olhar nada imprime ao ambiente ou em outro corpo. Quanto ao bafo, pode-se manter a suspeita de sua letalidade. E, mais importante, é que a raridade destas espécies não passava de fenômeno europeu, já que em outras partes do mundo, como na África, estes seriam férteis, mais uma prova, portanto, da decadência do Velho Continente.

A presença do basilisco e de outras feras igualmente maléficas parecia indicar uma natureza ainda estuante de vida, de força divina e juvenil. Desaparecendo estes monstros, a Terra, obra incomparável de Deus, empobrecia-se, por outro lado, da infinita variedade de formas que eram o instrumento de sua força e sabedoria. (Holanda, 1992, p. 207).

Além destas provas, outras apontavam a harmonia e a perfeita correspondência do cenário americano com o criador. A aproximação das embarcações demarcava-se pelo comportamento dos ventos e dos insetos imundos. Chegada a certa altura depois dos Açores, precisamente 100 léguas ultrapassadas, estes bichos desapareciam dos navios e apenas retornariam às embarcações quando atingida igual longitude no regresso. Os ventos também tinham comportamento diferenciado conforme a presença próxima ou distante do paraíso terreal. Tormentosos, próximos ao Velho Mundo, estes cediam com a proximidade da América, transformando-se em agradável brisa. Ali a criação se renovava em seus dias de maior glória.

Como já se viu, a natureza americana, povoada de exuberante vegetação, bem como de metais, o clima ameno e a fauna, até então desconhecida da Europa, refletiam o brilho e o resplendor sagrado.

Entretanto, a prova mais vivaz de que na América se encontraria o paraíso terreal é a presença do papagaio. Associa-se a este fato duas razões definitivas. A primeira acredita que todos os bichos falavam no começo do mundo e só perderiam a fala com o pecado. Conservando por graça divina a faculdade da fala, os papagaios se irmanam do homem, guardando vestígios daqueles tempos e podendo levar-nos a presumir-lhe ave paradisíaca. A segunda razão advém de uma noção da Antiguidade e depois da Idade Média. O papagaio sendo tipicamente da fauna da Índia e esta por muitos considerada o Éden bíblico, naturalmente, mais uma vez, seria posto entre as aves do paraíso.

Ao lado dos papagaios, as araras, os rouxinóis e a fênix compõem a paisagem edênica, menos pelo que são, mas segundo um simbolismo tradicional. Outros exemplos como o da sensitiva, que demonstrava pudor e timidez, quando tocada por homens, e nem tanto por coisas isentas do vício da concupiscência, demonstram que a natureza se achava impregnada de mistérios e significações encobertas.

Apenas com o século XVIII, o mundo passaria a ser interpretado segundo critérios pautados nas ciências físicas e matemáticas. Entretanto, muito do pensamento analógico e metafórico, simbólico enfim, deixa sua presença marcada, não apenas dentro destas novas maneiras de pensar, mas também em regiões não completamente submetida a estas racionalizações e experimentações sistemáticas.

O pensamento vigente no Renascimento e no século XVII procura pelas coisas nos seus significados ocultos e é comum por todo o mundo ocidental. O que acontece posteriormente é um crescente controle do imaginário, fato que, primando como aspecto central, não afasta o pensamento simbólico inteiramente, mas apara seus excessos, deixando que fique latente, como uma sombra, outro cuja presença acompanha silenciosamente e é acionado em casos e situações limite.

A secularização crescente e a redução ao humano e ao temporal da sabedoria divina incitam os homens a cuidarem das necessidades terrenas e da vida quotidiana, abandonando os mais altos pensamentos e voltando os olhos mais para o mundo que

para as esferas inacessíveis. Mesmo que a natureza continue a poder traduzir alguma verdade sobrenatural, não é mais neste foco que ela é percebida. Independentemente dos significados que possam ter na natureza sido colocados, esta se torna muito mais um espetáculo aberto ao gosto da descrição sistemática e precisa da ciência.

6 OS ARGUMENTOS DO IMPERIALISMO

Em *Visão do Paraíso* (Holanda, 1992), pudemos ver o modo de atuação de uma determinada episteme. Aí o livro do mundo se abre para ser decifrado, corroborando, então, a presença divina na escritura do mundo.

O procedimento de adaptação das visões na estufa do Novo Mundo, as *atenuações plausíveis*, foram assim nomeadas pelo autor daquele estudo, Sérgio Buarque de Holanda, não apenas para compensar a presença do cristianismo como o *outro* regulador de toda a enunciação sobre a América recém-descoberta, mas também como uma mensagem positiva. Através deste procedimento, a brecha entre o Velho e Novo Mundo poderia ser modulada em suas distâncias.

Neste período, o saber, quando enunciado, mesmo sendo um segredo, é partilhado.³⁸ Histórica e sociologicamente, entretanto, a Europa define as condições para enunciar em razão de sua supremacia tecnológica, científica e também cultural. Esta supremacia é expressão tanto de sua capacidade para se apoderar das terras distantes como de sua territorialização discursiva.

A complexidade do desenrolar das atividades humanas é irrelevante em comparação com as generalidades da concepção essencialista e etnocêntrica, capaz de absorver em uma visão circular os detalhes da vida americana em sistemas de enunciação

38. "Quando era enunciado, o saber do século XVI era um segredo, mas partilhado. Quando é oculto, o dos séculos XVII e XVIII é um discurso sobre o qual se colocou um véu. É que é próprio à mais originária natureza da ciência entrar no sistema de comunicações verbais e à da linguagem ser conhecimento desde sua primeira palavra. Falar, esclarecer e saber são, no sentido estrito do termo, da mesma ordem" (Foucault, 1999a, p. 123).

previamente definidos. Estes sistemas de enunciação, por sua vez, reafirmam os traços essenciais do seu objeto a partir do narrador e do observador.³⁹

Se em *Visão do Paraíso* (Holanda, 1992) encontramos-nos diante da instabilidade semântica sugerida pela história, as visões dos homens da época estavam solidariamente demarcadas e representavam-se como um sistema de categorias ontológico e incondicional. Portanto, apresentavam-se como um conjunto de conhecimentos que presume consistência, inteligibilidade e uma mínima pertinência com relação à experiência, mas que se dobram, as visões, indefinidamente sobre si mesmas. Condicionadas pelo seu regime de verdade, são colocadas fora do âmbito da dúvida e da história, presumindo um sincronismo entre a razão, o imaginário e a visão.

É certo que o domínio da realidade pela visão corresponde a uma vontade de representação e de poder, ou seja, segue a vontade de verdade e remete à configuração de poder sugeridos pela colonização. A aproximação da América (e do Brasil) da Europa se dá, sobretudo, pela intensificação dos estudos geográficos, etnográficos e naturalistas. Também os viajantes e os narradores com maior ou menor formação científica, pouco importa, começaram a realizar deslocamentos importantes na ordem discursiva. Ao assumir a responsabilidade de enunciar o singular, mesmo que a partir de teorias exógenas, traziam já, por este motivo, a Europa para uma proximidade antes desconhecida. Com os narradores era impossível, entretanto, por diversas razões, pela formação, pelas condições, pelos instrumentos conceituais e ideológicos europeus empregados, que não se trouxesse um elemento de resistência ao deslocamento e à incorporação da possibilidade de enunciação de vozes locais. O legítimo tem formação europeia, e esta legitimidade funciona como bloqueador e regulador.

A impossibilidade histórica de enunciação por vozes locais revela a cisão subjetiva presente ao longo de nossa história intelectual, que divide a inteligência entre os

39. Notemos que mesmo que a observação e descrição já comecem a ganhar fóruns epistemológicos relevantes, eles são invariavelmente secundários em relação às sistematizações de outra ordem. A reprodução de citações de ordem canônica, a manutenção de conjuntos de referências, ou seja, acumulação seletiva, cancelamento, redistribuição, paródias, ironias etc., que mantém, entretanto, os grandes traços e as linhas dominantes. A criação ou o *efeito de real* da teoria implica uma definição redutiva da coincidência da definição com o *real*, isto é, como diria Said (1990, p. 236), "só poderia ser feita de fora, por meio de um vocabulário e de instrumentos epistemológicos concebidos para ir ao centro das coisas e também para evitar as distrações do acaso, da circunstância ou da experiência".

conceitos herdados de tradições forasteiras e a realidade local.⁴⁰ A narrativa moderna, ao contrário, aciona uma episteme que tem como característica principal a preocupação com os fatos.⁴¹ Na verdade, a preocupação é com a linguagem, sua adequação e correspondência com a realidade.⁴²

Detenhamo-nos brevemente em uma das caracterizações de abertura da *episteme* moderna. Quando em *As Palavras e as Coisas* Foucault descreve o quadro *Las meninas*, o autor avisa que entre a fina ponta do pincel e o gume do olhar o espetáculo vai liberar seu volume, “não sem [lembra o autor] um sutil sistema de evasivas” (Foucault, 1999a, p. 3). Ainda diz que “todos os elementos destinados a oferecer representações, mas que as contestam, as recusam, as esquivam por sua posição ou distância” (*op. cit.*, p. 8). O reino da episteme moderna são os olhares e as representações.⁴³

40. Sobre o narrador, ver Sussekind (1990) e Said (1990, p. 248-250).

41. Se a teoria do significado do Renascimento era ternária, repartindo semelhanças entre significante e ao que ele significava através de um terceiro, o período clássico terá uma organização binária entre significante e significado. Nesta estrutura, “o olho será destinado a ver e somente ver; o ouvido somente a ouvir. O discurso teria realmente por tarefa dizer o que é, mas não será nada mais do que ele diz” (Foucault, 1999a, p. 59). O fim do regime geral dos signos do Renascimento abre-se para o espaço dos signos representativos; o signo passa a designar algo que ele significa, a interdependência da linguagem e do mundo se acha desfeita. A figura que regula a enunciação é a ordem do mundo. Se anteriormente a linguagem não cessava de se retomar e de se desenvolver, sem poder se deter, na episteme clássica a ordem do mundo é o bloqueador privilegiado da enunciação. Na modernidade (ou em um dos seus momentos), o reaparecimento da linguagem, e de todas as teorias pragmáticas e do consenso, com as constantes retomadas e desdobramentos da linguagem por si e para si mesma, refletida na ideia de que “a tarefa do comentário, por definição, não pode jamais ser completada” (Foucault, 1999a, p. 56), se dá na literatura. A literatura como obra que se retoma não é regulada por um discurso primeiro, remetendo-se, então, a si como sistema de remissões, comentário, repetições, retomadas, ironias etc. No funcionamento mesmo da representação na literatura, muitas vezes a linguagem procura significar coisas do mundo, encerrando através de diversas estratégias a imagem ou o poder de espelhar a realidade que lhe é exterior. Este último aspecto é o que Foucault denomina de aparato retórico da presença e do adiamento da presença.

42. Foucault (1999a) explica a episteme clássica pelas seguintes características: *i*) substituição da hierarquia analógica pela análise; *ii*) comparação: a semelhança será submetida à prova e apenas será admitida se na ordem das identidades e diferenças pela ordem ela for reencontrada; *iii*) os sistemas analíticos são exaustivos e absolutamente certos das identidades e diferenças; e *iv*) percepção evidente e distinta: a linguagem é deslocada do meio dos seres para se tornar transparência e neutralidade. Então temos, por um lado, os signos como instrumento de análise, marcas das identidades e semelhanças (teoria geral chave da ordem e das taxinomias); por outro lado, semelhanças empíricas (classificadas por categorias analíticas) das coisas que se tomam como matéria infinita de repartições e distribuições (repetições da natureza).

43. As imagens cruzadas foram narradas por Foucault, esquematizemos: “o pintor lança um olhar em direção ao modelo”; “o olhar, em troca, repousa sobre o gesto disperso”; “para o espectador que no momento olha (...) o pintor é inteiramente visível em toda a sua estatura”; “quando o pintor der um passo à direita entrará na região onde o quadro era antes negligenciado, o quadro (...) se lhe vai tornar de novo visível, sem sombra nem reticência”; “o pintor olha (...) fixa um ponto invisível (...) pois que somos nós mesmos: nosso corpo, nosso rosto, nossos olhos” (Foucault, 1999a, p. 4). Por fim, pode-se ver em meio a outros quadros ao fundo, cujas imagens são borrões de luzes e cores, um especialmente visível, posto que não é quadro, mas espelho. A despeito do seu distanciamento e da sombra que o envolve “ele oferece enfim esse encantamento do duplo, que tanto as pinturas afastadas quanto a luz do primeiro plano com a tela irônica recusavam” (Foucault, 1999a, p. 8). O duplo, veremos adiante, é tanto o efeito de real da narrativa, o que ela cria, quanto as condições de enunciação da narrativa.

Paramos onde nos interessa: nas características da rede de representações moderna. Nenhum olhar ou nenhuma representação é estável; o narrador é regido por sua capacidade de observar, pelas suas técnicas narrativas, pelo modelo observado em um jogo de associações infinitas, amontoando olhares sobre olhares, narrativas sobre narrativas. Esta instabilidade é garantida pela ausência de profundidade, isto é, de um lugar de visibilidade e transparência plenos, no qual decorram a plenitude dos significados e das representações. Sobretudo, o lugar da enunciação que, na metáfora dos olhares presente em *Las Meninas*, é ocupado soberanamente pelo pintor (ou pelo narrador), define-se estrategicamente como ponto de partida da narrativa (...vértice – único ponto visível – os olhos do artista...) ou da figuração.

De qualquer forma, o quadro realiza um efeito de composição que lhe é próprio, e outro, que preside a existência de toda a representação. O jogo da representação reside em transpor uma forma na outra, em uma superposição instável.⁴⁴

Por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem (Foucault, 1999a, p. 12).

Portanto, não é possível ajustar comodamente o que se diz ao que se olha como se externa à representação pudéssemos encontrar uma referencialidade pura.

Mas isso já é moderno e vamos retomá-lo adiante. Aqui se pensa por substitutos, não se apagam as distâncias e não se abole o tempo como nas figuras empregadas pelo Renascimento. Ao contrário permite-se desenrolá-los (aos signos) e percorrê-los passo a passo. “Por ele [o signo] as coisas permanecem distintas, conservam-se em sua identidade, desençam-se e se ligam. A razão ocidental entra na idade do juízo” (Foucault, 1999a, p. 84). No século XVII, o signo é subtraído às coisas e constituído como signo pelo conhecimento. Designa, aponta ou simplesmente representa objetos que lhe são

44. “O espelho [presente ao fundo do quadro como visibilidade refletida da realidade representada] assegura uma metátese da visibilidade que incide ao mesmo tempo sobre o espaço representado no quadro e sua natureza de representação; faz ver no centro da tela, aquilo que, do quadro, é duas vezes necessariamente invisível” (Foucault, 1987, p. 24). Mesmo sabendo nomear as personagens representadas e refletidas, o rei Filipe IV e sua esposa Mariana, “é preciso fingir não saber, interrogando o reflexo ao nível da sua existência” (Foucault, 1999a, p. 12), em uma óbvia estratégia de suspensão e tensão da narrativa.

exteriores. É percebido como elemento de conhecimentos que são construídos pela razão humana, conhecimento do provável, portanto. O conhecer não tem mais parentesco com o *divinatio*, que supõe sempre signos que lhe são anteriores (levantamento prévio de uma linguagem distribuída por Deus no mundo).

O signo encerra, a partir daqui, duas ideias: a da coisa que representa e a outra da coisa representada. A representação é como um dedo a indicar o mundo. Alojado na representação estão libertos do mundo, em um espaço onde jogam consigo mesmos. A similitude, por sua vez, sai do domínio do conhecimento para formar a ordem das empiricidades. Um último passo para entender esta episteme é lembrar que a imaginação e suas figuras ordenam a memória, as impressões etc., e é esta que dá a importância da natureza humana (o primeiro homem, a consciência) para assegurar a interdependência da imaginação e da semelhança. A natureza humana é o suporte que permite repetir a representação, ordenando o tumulto do mundo empírico da natureza. “A possibilidade de uma ciência das ordens empíricas requer, pois, uma análise do conhecimento – análise que deverá mostrar de que modo a continuidade escondida (e como que confusa) do ser pode reconstituir-se através do liame temporal de representações descontínuas” (Foucault, 1999a, p. 100). Portanto, o conhecimento implica em ordem construída cognitivamente pela análise e pela distribuição de identidades e diferenças (taxinomias). No mesmo processo, a linguagem é tratada como instrumento para atingir a verdade, atribuindo e ajuizando, através de ideias e signos transparentes, um ao outro. “Natureza e natureza humana permitem, na configuração geral da episteme, o ajustamento da semelhança e da imaginação, que funda e torna possíveis as ciências empíricas da ordem” (Foucault, 1989, p. 86).

Ao final do século XVIII, correspondem os deslocamentos na episteme que nos interessam. O espaço geral do saber não será mais o de taxinomia geral, de uma *máthêsis*,

mas um espaço feito de organizações, isto é, de relações internas entre elementos, cujo conjunto assegura uma função; mostrará que essas organizações são descontínuas, que não formam, pois, um quadro de simultaneidade sem rupturas, mas que algumas são do mesmo nível enquanto outras traçam séries ou sequências lineares. De sorte que se vê surgir, como princípios organizadores desse espaço de empiricidades, a *analogia* e a *sucessão*;⁴⁵ de uma organização a outra, o liame, com

45. “No pensamento clássico, a sequência das cronologias não fazia mais que percorrer o espaço prévio e mais fundamental de um quadro que ele de antemão apresentava todas suas possibilidades (...). A partir do século XIX, a história vai desenrolar em uma série temporal as analogias que aproximam umas das outras as organizações distintas” (Foucault, 1999a, p. 299).

efeito, não pode mais ser a identidade de um ou vários elementos (onde a visibilidade não tem mais papel) e da função que asseguram (Foucault, 1999a, p. 299).⁴⁶

Chegamos ao ponto fundamental para nossa interpretação de Caio Prado Júnior e do sentido que atribui à colonização. Por detrás da sucessão dos fatos históricos e sociológicos, aparecem esses sistemas de relações e funções mais fundamentais. Vejamos como Prado Júnior (1994) reparte seu pensamento em unidades relacionais básicas, a partir das quais derivam formas de comportamento e tipos de mentalidade. O autor ainda divide os espaços geográficos e distribui razões (no sentido causal) para que a colonização tenha se dado como se deu.

A unidade básica do pensamento de Prado Júnior e que adquire função dominante é de *capitalismo*. Não um capitalismo qualquer, mas aquele que ordena as relações entre *metrópole* e *colônia*, ou seja, o capitalismo visto antes de tudo como *imperialismo*.⁴⁷ Mesmo que tenhamos duas unidades ou sistemas de relações para os quais poderíamos apontar relativa autonomia, a função dominante vai ser a exploração pela Europa dos produtos tropicais. As unidades de produção serão de escala para que o comércio de exportação de produtos tropicais seja lucrativo. O tipo humano dominante será o explorador, “o empresário de um grande negócio” (Prado Júnior, 1994, p. 120), aquele que disporia dos cabedais para as inversões de porte convenientes à empresa comercial. A localização dos empreendimentos era o litoral, vista a facilidade para o comércio marítimo.⁴⁸

46. O espaço dos saberes ainda é o das representações. Neste momento ganhara formulações novas que permitirão novas relações entre as áreas de saber e de empiricidades constituídas. Aparecerão novas relações entre as ciências da linguagem, a biologia e a economia, que se traduziram nas diversas formas do racismo, do nacionalismo e, finalmente, dos enunciados que demarcaram as formas do imperialismo na cultura.

47. “Aquele sentido é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância; o açúcar, o algodão, o ouro” (Prado Júnior, 1994, p. 119); “a nossa economia se subordina inteiramente a este fim”; “a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos” (*idem, ibidem*).

48. Embora faça diversas divisões internas no tempo e no espaço, como é o caso da colonização açoriana em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, ou dos períodos da mineração e sequentemente do gado, estes não passam de derivações ou desvios da lógica geral do sistema colonial. “A grande propriedade lavrada por trabalhadores dependentes, sejam escravos ou assalariados, ou bem formas intermediárias de trabalho, representa o sistema de organização agrária que sempre acaba dominando nos trópicos, mesmo quando outros são tentados” (Prado Júnior, 1994, p. 121). Como podemos observar o sistema de grandes plantações seria adequado aos trópicos. Por analogia, encontramos tentativas de introdução fracassada deste tipo de organização agrária em terras temperadas e, de fracasso semelhante nos mesmos Estados Unidos, de introdução da pequena propriedade em zona subtropical.

De qualquer maneira, esta articulação dá as possibilidades de organização econômica e social das colônias. O elemento fundamental será a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Não se tinha uma alternativa entre outras, pois as escolhas estavam submetidas às circunstâncias e sofriam das contingências estruturais. O resultado histórico é simples, consequência do sistema de relações que balizava as escolhas,⁴⁹ ou a história é o próprio sistema relacional configurado. Podemos encontrar outra ordem de argumentos que giram, entretanto, nos mesmos centros ordenados pela lógica da economia. A grande propriedade monocultural instala-se com o trabalho escravo. Esta pode ser explicada pelo argumento da pequena população metropolitana. Mais difícil de aceitar é o argumento de que o “português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples assalariado do campo” (Prado Júnior, 1994, p. 122). Ou seja, vindo para o Brasil, o português se transforma em algo que ele não é nem na metrópole, isto é, grande empresário capitalista.

Mesmo que o renascimento da escravidão no Ocidente possa ser explicado pela economia política da colonização, vemos que os sentidos da escravidão são dados pelo sistema abstrato que o antecede; assim, o indígena é “sobretudo ineducado para o sistema de trabalho organizado que exige a agricultura colonial”. Para Caio Prado Júnior (1994, p. 122), este “empregou-se na falta de melhor”, assim como o escravo africano era tido como mão de obra inferior em um sistema de exploração diversificado e de alto nível técnico.⁵⁰ Sejam quais forem os problemas da interpretação, completa-se a caracterização da organização agrária com três elementos que se conjugam: grande

49. E mais, “o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos” (Prado Júnior, 1994, p. 119).

50. Mais à frente estas proposições teóricas serão postas em dúvida, sobretudo frente ao sistema de coivara, o emprego irracional de recursos, o desperdício, o uso de plantas de menor valor e eficiência produtiva, a irracionalidade no emprego da energia etc.

propriedade, monocultura e trabalho escravo. O que dá unidade e sentido a este sistema transcendental⁵¹ é relação já apontada entre metrópole e colônia.⁵²

Outro traço que surge deste sistema de relações é o que se contrapõe às antigas interpretações da preguiça e do desamor brasileiro do trabalho disciplinado. Como Prado Júnior consegue isto? A estratégia é simples. Coloca no coração do sistema o trabalho da agricultura, portanto daquele que não apenas se aventura, mas daquele que também trabalha.⁵³

A civilização para Caio Prado Júnior seria antes de tudo do trabalho, do trabalho agrário no caso dos brasileiros. Assim, a mineração e o extrativismo são atividades análogas à agricultura. A mineração, a partir do século XVIII, formará junto com a agricultura uma das grandes atividades da colônia, “adotará uma organização que afora as distinções de natureza técnica é idêntica à da agricultura” (Prado Júnior, 1994, p. 123). É responsável pela temporária interiorização da colonização que, no entanto, retorna aos eixos litorâneos da agricultura. A atividade dos faiscadores, que traria de volta a imagem do ganho sem muito esforço, é recolocada no seu lugar: já é época da decadência. Sobre o extrativismo Prado Júnior (1994, p. 123) diz: “a extração não se distingue, na organização do seu trabalho e estruturação econômica dos demais setores da atividade colonial”, embora paradoxalmente aponte o caráter de exploração primitiva e rudimentar desta atividade. Formalmente, encontram-se aí o empresário e a numerosa mão de obra

51. O sentido do problema transcendental é apresentado por Foucault como o problema dos sistemas e dos mecanismos que o movimentam. Assim, escrevia sobre o novo quadro da episteme: “essa nova análise, até o fim do século XVIII, se aloja na busca dos valores representativos da linguagem. É ainda do discurso que se trata. Já aparece, porém, através do sistema de flexões, a dimensão do gramatical puro: a linguagem não é mais constituída somente de representações e de sons que, por sua vez, as representam e se ordenam entre si como os exigem os liames do pensamento; é, ademais, constituída de elementos formais, agrupados em sistema, e que impõem aos sons, às sílabas, às raízes, um regime que não é o da representação. Introduce-se assim na análise da linguagem um elemento que lhe é irredutível (como se introduz o trabalho na análise da troca ou a organização na dos caracteres)”; “as línguas são confrontadas não mais por aquilo que as palavras designam, mas pelo que as liga umas às outras” (Foucault, 1999a, p. 324-325). Para uma análise do tema transcendental, ver Foucault (1999, p. 439-453).

52. Na realidade, a monocultura e o trabalho escravo são explicados por estas relações. A monocultura, pelo valor econômico atribuído pelos europeus aos produtos tropicais. A escravidão, pela carência de mão de obra. Mas a grande unidade de produção é atribuída ao clima tropical e é de outra ordem de causalidade. Vê-se claramente a dificuldade ao se constatar que em outros lugares, como nos Estados Unidos, a distribuição de pequenas propriedades ofereceu os “sentidos da colonização” (Prado Júnior, 1994, p. 122).

53. Como diria Sergio Buarque Holanda (1988, p. 43-44), a “exploração dos trópicos não se processou, em verdade. Por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono”; e, ainda, “o trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar”.

que para ele trabalha. Estas, no entanto, “não têm vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependências. Em uma palavra, não caracterizam a economia colonial brasileira, e lhe servem apenas de acessórios” (Prado Júnior, 1994, p. 124).

Para o autor, a função dominante, devido ao valor que lhe atribui o mercado europeu, é a agricultura, “os elementos fundamentais e característicos da organização econômica da colônia” (Prado Júnior, 1994, p. 124). Portanto, a contraposição entre fiscoadores e mineradores, esses, de trabalho intermitente, e as atividades empresariais da agricultura, permite sedimentar a ideia de que a agricultura retrata nosso espírito brasileiro já associado ao trabalho sistemático.

Podemos ver no arcabouço teórico, um sistema de relações fundamentais que dá significado, organização fundamental, que atribui sentidos à colonização. É este sistema que podemos chamar história que permite a Prado Júnior dizer que na nossa história colonial não há, em verdade, modificações substanciais, pelo menos nos três primeiros séculos. Complicadores, elementos novos surgem, tendências inesperadas que alteram a simplicidade inicial do quadro, ampliação da população e do mercado são elementos acessórios que não alteram o essencial.

Em nível metodológico, Caio Prado Júnior coloca de um lado a estrutura, um organismo meramente produtor (com pequeno número de empresários e dirigentes e grande massa da população que serve de mão de obra), e, de outro, o funcionamento ou a função da economia brasileira que é a de fornecedora do comércio internacional de gêneros. Finalmente, um terceiro ponto, que é apenas tangenciado neste capítulo, é a aplicação instável daqueles conceitos anteriores. O fato é que a articulação heurística visa explicar a ordem interna da colônia pelas oscilações da conjuntura internacional. O mecanismo se torna capaz de apreender sutilezas da empiria e da história, mas é basicamente o mesmo procedimento em jogo ao longo do processo colonial. Também é verdade que o procedimento metodológico permite anexar realidades, como interiorização da colonização, diversificação produtiva etc., sem deixar de apontar-lhes analogias com o sistema dominante e seus lugares secundários. Simples apêndice do comércio metropolitano, o Brasil não sairia tão cedo do estatuto colonial; mesmo com o 7 de Setembro, como nação soberana, a situação de fato do sistema colonial, sua lógica econômica, corresponderia à situação de direito.

O mapa imaginário tem desdobramentos, ao território-apêndice juntam-se outros, como a ideia de um capitalismo nacional. Assim, espera-se que as faltas se transformem em presenças e o modelo se realize em suas condições lógicas de possibilidade; do contrário, as singularidades locais serão espelho distorcido e imagem corrompida do que aconteceu em outros lugares; sem o poder de mimetizar o modelo não se consegue preparar o verdadeiro projeto nacional, visto que esse só é possível depois que a cópia se faz mundo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contemporaneamente, as políticas culturais no Brasil enfrentam a questão de federalismo e da participação social. Esse encontro entre Estado e sociedade traduz-se em uma grande dificuldade de comunicação e entendimento mútuo.

Um dos dispositivos mais utilizados pelos agentes públicos é o pensamento da articulação dos territórios e o instrumento mais usual são os mapas. Esses registram o território na forma de suas esferas de governo, União, Distrito Federal, estados e municípios. Evidentemente, os recortes territoriais para efeito de política são muitos. Podem-se acrescentar as regiões metropolitanas, mesorregiões, microrregiões e outras invenções como eixos do desenvolvimento, territórios da cidadania, bacias culturais etc.

Por parte da sociedade civil, o desejo é outro. Tenta-se “reconhecer” nas representações territoriais e, também aqui, é evidente que os mapas territoriais dos agentes públicos não conseguem estabelecer um diálogo com esses desejos de representação e reconhecimento.

Mesmo que agentes públicos e sociedade civil vivam em mundos diferentes muitos pontos de contato podem ser encontrados em seus discursos. No campo da cultura, as representações do Brasil, do nacional-popular em contraste com o domínio estrangeiro e de grupos hegemônicos das elites econômicas e do reconhecimento da diversidade cultural são muito fortes. Alguns pontos de afastamento e conflito persistem naturalmente. A ideia de descolonizar a cultura, afastando-a dos processos burocráticos e do mercado, é um mantra poderoso no campo das políticas culturais.

Dessa maneira, escolhemos alguns intelectuais que realizaram um trabalho importante de desenvolvimento, tradução e adaptação de ideias para o contexto brasileiro. Mário de Andrade é ainda acolhido como produtor do discurso inaugural das políticas culturais brasileiras. O autor trouxe, para o centro do imaginário, o conceito antropológico de cultura, reconhecendo nossa riqueza e diversidade cultural nos quadros da nação. Caio Prado Júnior pensou o Brasil a partir de suas relações com o imperialismo e não tem, na sua grelha analítica, os recursos conceituais para reconhecer a riqueza das culturas técnicas de indígenas, africanos ou outros grupos populares. Ao contrário, as racionalidades econômica e instrumental deveriam colonizar e modernizar esses atores sociais. Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, modernista de primeira hora e historiador, apresentou-nos a riqueza da construção do imaginário sobre as terras brasileiras. Nada mais revelador de seu modernismo do que a ideia de “atenuações plausíveis”, isto é, de um dispositivo de aproximações e aperfeiçoamentos das representações do colonizador, inclusive das representações do território em forma de mapas.

A escolha desses mediadores da produção simbólica permitiu realizar uma *cartografia das subjetividades*, quer dizer, a aproximação dos autores permitiu-nos entender como o mesmo processo de *nation-building* foi conformando, dentro de diferentes dispositivos simbólicos, políticos e técnicos, diferentes imaginários. O território não é único e sua configuração simbólica e prática depende das relações que estabelece com sujeitos específicos.

A cartografia das subjetividades permite construir e reconhecer os territórios vividos, interpelados por processos ideológicos e institucionais variados, bem como por interesses localizados. Talvez esse exercício de interpretação permita abrir uma reflexão a respeito de processos de monitoramento, gestão de conhecimentos, produção de informações que levem em consideração não apenas os territórios administrativos, mas também os territórios subjetivos e sua dimensão coletiva.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN. G. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010.
- ALMEIDA, J. C.; DARIN, S. (Orgs.). **Marketing cultural ao vivo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

- ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ARANOWITZ, A. Pós-modernismo e política. *In*: HOLANDA, H. B. (Org.) **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- _____. O efeito de real. *In*: BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BERRIEL, C. E. (Org.). **Mário de Andrade hoje**. São Paulo: Ensaio, 1990a.
- _____. A Uira enganosa. *In*: BERRIEL, C. E. (Org.). **Mário de Andrade hoje**. São Paulo: Ensaio, 1990b.
- BHABHA, H. K. A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. *In*: HOLANDA, H. B. (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- BOMENY, H. O patrimônio de Mário de Andrade. *In*: BRASIL. Ministério da Cultura. **A invenção do patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 1995.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- CHAGAS, M. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 19, p. 35-67, 2002.
- _____. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.
- _____. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/Ibram, 2009. (Coleção Museu memória e cidadania).
- DURAND, J. C. **Arte, privilégio e distinção**: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil. São Paulo: Edusp, 1989.
- ECO, H. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- _____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1994.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **As palavras e as coisas**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1999a.
- _____. **Em defesa da sociedade**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1999b.
- _____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GEERTZ, C. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1988.
- _____. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- _____. **Visão do paraíso**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JAMESON, F. Periodizando os anos 60. *In*: HOLANDA, H. B. (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- _____. Conversas sobre a nova ordem mundial. *In*: BLACKBURN, R. *et al.* (Orgs.) **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- _____. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.
- LACLAU, E. A política e os limites da modernidade. *In*: HOLANDA, H. B. (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MORAES, E. J. Mário de Andrade: retrato do Brasil. *In*: BERRIEL, C. E. (Org.). **Mário de Andrade hoje**. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MORSE, R. **O espelho de próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- PALIER, B.; SUREL, Y. Les « trois I » et l'analyse de l'État en action. **Revue Française de Science Politique**, v. 55, n. 1, p. 7-32, févr. 2005.
- PARREIRA, R. Estado e cultura: fomento *versus* paternalismo. *In*: MICELI, S. (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PECAULT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.
- PEIRANO, M. G. S. **The anthropology of anthropology: The Brazilian case**. 1991. (Série Antropológica 110).
- REIS, E. P. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 2, 1988.
- RORTY, R. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- SAID, E. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O orientalismo revisito. *In*: HOLANDA, H. B. (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

SANTOS, M. V. M. **O tecido do tempo**: a ideia de patrimônio cultural no Brasil, 1920-1970. 1992. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia, Universidade Brasília, Brasília, 1992.

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, R. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1990.

_____. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SÜSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VATTIMO, G. **O fim da modernidade**: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

WISNICK, J. M. A rotação das utopias: rapsódia. *In*: BERRIEL, C. E. (Org.). **Mário de Andrade hoje**. São Paulo: Ensaio, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BHABHA, H. K. *et. al.* **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOMENY, H. **Guardiães da razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: UFRJ; Tempo Brasileiro, 1995.

CAVALCANTI, L. (Org.). **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

D'INCAO, M. A. (Org.). **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense; Unesp, 1989.

DORNELES, P. **Identidades inventivas**: territorialidades na Rede Cultura Viva na região sul. 2011. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FONSECA, M. C. L. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, 1996.

_____. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC/Iphan, 1997.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ideólogos do patrimônio.** Rio de Janeiro: Iphan, 1991.

_____. **A invenção do patrimônio.** Rio de Janeiro: MinC/Iphan, 1995.

_____. **Atas das reuniões do Conselho Consultivo (1990 a 1998).**

MICELI, S. (Org.). **Estado e cultura no Brasil.** São Paulo: Difel, 1984.

MICELI, S; GOUVEIA, M. **A política cultural comparada.** Rio de Janeiro: Funarte, 1985.

MILLET, V. **A teimosia das pedras:** um estudo sobre a proteção do patrimônio ambiental urbano. Olinda: Prefeitura de Olinda, 1988.

MORAES, E. J. **A brasilidade modernista.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. Modernismo revisitado. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 2, 1988.

_____. **Limites do moderno:** o pensamento estético de Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

REVEL, J. Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII-XIX. *In:* REVEL, J. **A invenção da sociedade.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

RODRIGUES, M. **Alegorias do passado:** a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. 1994. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

_____. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996.

_____. Patrimônio, ideia que nem sempre é prática. *In:* DEPHA – DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO DISTRITO FEDERAL. **A construção da cidade.** Brasília: Depha, 1998.

RUBINO, S. **As fachadas da história:** os antecedentes, a criação e os trabalhos do serviço do patrimônio histórico e artístico nacional (1937-1968). 1991. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1991.

_____. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996.

SANTOS, M. V. M. Nasce a Academia Sphan. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, F. A. B. **Raízes do Brasil**: figuras para nossa história. 1996. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

_____. **Imagens na pedra**: políticas culturais no Brasil. 2000. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

_____. (Coord.). **Encontros com o futuro**: tendências dos museus brasileiros no início do século XXI. Relatório de Pesquisa Ipea/Ibram, 2013.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Leonardo Moreira Vallejo

Revisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Alice Souza Lopes (estagiária)

Amanda Ramos Marques (estagiária)

Isabella Silva Queiroz da Cunha (estagiária)

Lauane Campos Souza (estagiária)

Polyanne Alves do Santos (estagiária)

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



ISSN 1415-4765

